PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

LETÍCIA HESSEL MACHADO

AS MULHERES TEKOÁ PYAU E O FEMINISMO INDÍGENA

SÃO PAULO

2020

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Curso de Psicologia

LETÍCIA HESSEL MACHADO

AS MULHERES TEKOÁ PYAU E O FEMINISMO INDÍGENA

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para a graduação no curso de Psicologia, sob orientação da Profª Dra. Cris Fernández Andrada.

São Paulo
2020

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, no primeiro momento, a todas as mulheres que tornaram este estudo possível, as Guaranis do Jaraguá, que de forma tão carinhosa, acolhedora e generosa, compartilharam momentos e vivências preciosíssimos. Além de Viviane, que também com uma disponibilidade ímpar e afeto que transborda, esteve comigo na maior parte do trabalho de campo; foi um encontro inesperado, em frente ao muro da Tekoá Pyau, que permitiu conversas emocionantes, potentes e uma amizade muito especial.

Nada disso seria possível sem a minha orientadora Cris, uma psicóloga e pesquisadora comprometida com a realidade latino-americana, que inspira e transforma o mundo de uma maneira doce, cuidadosa e crítica. E evidenciou o compromisso ético-político na construção teórica articulada com o trabalho de campo, compartilhando ideias e sugestões para que o estudo fosse o mais humano e cuidadoso possível.

Agradeço também todas minhas colegas de curso, especialmente minha parceira de graduação, de orientação do trabalho de conclusão de curso, de compartilhamento de alegrias e angústias, Jéssica, que com o seu bom humor, comprometimento e carinho, esteve presente de uma forma crucial, além de anunciar transformações na Psicologia que está por vir.

Outras psicólogas que devem ser lembradas, são as professoras de Sócio-Histórica da PUC-SP, afinal, auxiliaram na elaboração do tema desta pesquisa através de aulas riquíssimas em discussões e questionamentos para pensarmos em que Psicologia, e para quem, queremos construir. Além de Fabíola, professora de Fenomenologia, também interessada no Feminismo Descolonial, que muito gentilmente compartilhou textos fundamentais para este estudo, e tem como parte de sua militância o vínculo com a Tekoá Pyau.

Clara, a minha psicoterapeuta, foi fundamental de uma maneira que não consigo expressar em palavras. Agradeço profundamente por todo carinho, acolhimento, disponibilidade, comprometimento e excelência no exercício da profissão. É uma psicóloga que inspira e causa admiração a cada sessão nossa.

Muitas outras mulheres foram essenciais no processo de elaboração do tema, busca por referências, pensar o trabalho de campo e escrita. Dentre elas minha mãe e minha irmã, que sempre muito dispostas, acompanharam detalhadamente cada passo, desde a leitura do que escrevi, até o acolhimento de todas minhas dúvidas e angústias. Minha tia Dayane foi de

grande importância neste estudo, demonstrou interesse no compromisso para com os povos originários, e carinhosamente emprestou um material precioso escrito por um indígena.

Em memória de Carmela, estudante de Psicologia da PUC-SP, que tão cedo nos deixou, mas ainda se faz presente. Ela iria falar também de povos originários, então, trocamos bibliografias e conversas das quais lembro com muito carinho e saudade.

Por fim, depois de tantas presenças femininas fortíssimas, gostaria de agradecer Billy (calopsita) e Maya (porquinho da Índia), meus "companheiros de TCC", que tornaram as horas de leituras e escritas mais afetuosas.

A Revolução será Feminista, Antirracista, Antifascista, Anticlassista, Antipatriarcal, Descolonial, ou não será!

[...] as raízes da história do Brasil estão fundadas na guerra de conquista do Estado se consolidando em cima dos nossos territórios, tomando os nossos lugares de riqueza e de fartura e nos reduzindo a lugares que são chamados de parques, reservas, aldeias ou terras indígenas. Isto já é uma redução absoluta do sentido de liberdade, de soberania e de qualidade de vida que o nosso povo sempre experimentou e viveu durante gerações e gerações.

(Krenak)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender aspectos da dimensão subjetiva da experiência de mulheres indígenas da aldeia urbana Tekoá Pyau, marcada pelas opressões quanto à raça/etnia, gênero e classe. Especificamente buscaremos entender processos psicossociais no que tange à identidade e à relação delas com o chamado Feminismo Indígena. As escolhas de método fundamentaram-se primordialmente em observações etnográficas e fizeram uso de instrumentos de apoio: fotografias e entrevistas. Como material produzimos o diário de campo, que foi analisado por meio dos aportes teóricos da Psicologia Sócio-Histórica em diálogo com o método etnográfico. A partir da experiência em campo pudemos viver e significar quem são essas mulheres indígenas, conhecer suas lutas e saberes na relação tensa estabelecida entre a aldeia urbana e a cidade a sua volta. Embora não nomeiem suas ações como parte do movimento feminista latino-americano indígena, não significa que não exista ali luta por igualdade e justiça em termos étnicos/raciais e de gênero. Este estudo também se propõe a reafirmar a necessidade do compromisso ético-político da Psicologia para com os povos originários por meio da descolonização dos saberes.

Palavras-chave: Psicologia Social Decolonial, Povos originários Tekoá Pyau, Feminismo Comunitário.

SUMÁRIO

Bagagem de partida 10

Fundamentação Teórica 11

Escolhas de Método 26

Experiência Etnográfica 30

Experiências preliminares ao campo: encontros com Guaranis e Huni Kuin 30

As mulheres Tekoá Pyau e o Feminismo Indígena 36

Discussão e Considerações Finais 76

Referências 87

Apêndices (numerados) 89

Carta de Apresentação 89

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 90

Anexo: Parecer Consubstanciado do CEP 91

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da aldeia indígena Tekoá Pyau (p. 22).

Figura 2: Localização da aldeia indígena Tekoá Pyau, CECI Jaraguá e Rodovia dos Bandeirantes (p. 22).

Figura 3: Localização da aldeia indígena Tekoá Pyau, Rodoanel Mário Covas e Rodovia dos Bandeirantes (p. 23).

LISTA DE FOTOS - Arquivo pessoal

Foto 1: entrada da aldeia Tekoá Pyau. No muro: "Aguyjevete - a nossa luta" e "Povos unidos jamais serão vencidos" (p. 37).

Foto 2: placa da construtora em frente ao terreno onde será construído um condomínio residencial, localizado na mesma rua da aldeia Tekoá Pyau (p. 40).

Foto 3: muro da aldeia Tekoá Pyau. No muro: "Guarani" (p. 42).

Foto 4: muro da aldeia Tekoá Pyau. No muro: *"Ha'evete ma nde e reipota ve ju ja jekuati jee!"* (p. 44).

Foto 5: muro da aldeia Tekoá Pyau (p. 49).

Foto 6: muro da aldeia Tekoá Pyau (p. 51).

Foto 7: vela utilizada no ritual de Batismo das águas sagradas (p. 55).

Foto 8: estrutura - feita com galhos, velas e penas - utilizada no ritual de Batismo das águas sagradas (p. 56).

Foto 9: Batismo das águas sagradas (p. 61).

Foto 10: Batismo das águas sagradas (p. 62).

Foto 11: Ocupação Guarani. Nas faixas: *"SP Terra Indígena"* e *"Mãe Terra chora - tombaram 4 mil árvores"* (p. 64).

Foto 12: Ocupação Guarani. Na placa: *"Não mate a floresta"*, *"Guarani resiste"* e *"Índio não tem medo do Estado"* (p. 65).

Foto 13: Ocupação Guarani. Nas faixas: *"Mãe Terra chora - tombaram 4 mil árvores"* e *"Agora é Tenondé"* (p. 65).

Foto 14: Ocupação Guarani. Na placa: *"Riqueza é o que nasce da terra"*. Na faixa: *"Sangue indígena - nenhuma gota A+"* (p. 66).

Foto 15: árvores de demarcação (com tarjetas) cortadas pela construtora na Ocupação Guarani (p. 67).

Foto 16: divisão de placas de metal feita pela construtora (p. 68).

Foto 17: árvores de demarcação (com tarjetas) cortadas pela construtora na Ocupação Guarani (p. 69).

Foto 18: menino Guarani e um cachorro na Ocupação Guarani do Jaraguá (p. 69).

Foto 19: menino segurando arco e flecha na Ocupação Guarani do Jaraguá (p. 71).

Foto 20: vista para o Pico do Jaraguá durante a caminhada dentro da Ocupação Guarani (p. 72).

Foto 21: faixa na entrada da aldeia Itawera, cuja liderança é Maria, em que está escrito: *"Yary Ty e Floresta: respeita a Convenção 169"* (p 74).
Foto 22: faixa na entrada da aldeia Itawera, cuja liderança é Maria, em que está escrito: *"Demarcação já. Jaraguá é Guarani"* (p. 74)

BAGAGEM DE PARTIDA

Em 2017 visitei a aldeia indígena urbana Tekoá Pyau, localizada no Jaraguá, com a turma do curso de Educador Social do SENAC Santana. Conversamos com as lideranças e conhecemos parte da aldeia, incluindo a Escola de Ensino Fundamental I, cujas educadoras fazem parte da comunidade e lecionam na língua mãe (vertente do Guarani). Durante a visita foram relatados casos de discriminação por parte da vizinhança, dificuldade em frequentar os estabelecimentos da região, como restaurantes, além de difícil acesso ao trabalho e saúde, e inclusão conturbada nas escolas públicas da região.

A aldeia não possuía condições básicas de saúde e moradia digna, pois não havia saneamento básico nem energia elétrica, mesmo habitando parte da cidade de São Paulo, configurando uma situação de marginalização e vulnerabilidade social. Embora os membros da aldeia vivam e se sustentem buscando resistir e preservar minimamente seus saberes, a cidade os atravessa por meio da violação dos direitos humanos.

No decorrer das disciplinas da Universidade, sobretudo a Eletiva Temática de Sócio-Histórica[1], trabalhamos o conceito de consubstancialidade, que será explicitado mais adiante neste estudo, mas que de maneira resumida podemos dizer que se trata do conjunto de opressões (classismo, racismo e machismo) que produzem outra condição para o sujeito, que não consiste somente na soma destas opressões (Kergoat, 2010).

E com a crescente visibilidade dos feminismos plurais necessários para atender as peculiaridades e demandas das diferentes mulheres, tornou-se visível também o Feminismo Indígena. Desta forma, se faz necessário considerar as questões objetivas vividas pelos povos indígenas, além de lançar luz sobre a subjetividade, possível contato com o Feminismo Indígena e seus desdobramentos na vivência do cotidiano.

[1] Eletiva Temática "Desigualdade social e outras desigualdades: um debate urgente para a Psicologia Sócio-Histórica", oferecida no primeiro semestre de 2018 no curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

"Que tempos são estes que temos que defender o óbvio?" (Bertolt Brecht)[2]

Para iniciarmos a imersão no campo das aldeias urbanas paulistanas e o Feminismo Indígena de maneira crítica e comprometida com a realidade brasileira, propomos o destaque para determinados assuntos, dentre eles: Povos Indígenas, Mulheres, Mulheres Indígenas, Feminismo Indígena e Aldeias Urbanas, especificamente a Tekoá Pyau, localizada na zona noroeste da cidade de São Paulo.

1. Povos Indígenas

No documento "Povos Indígenas e Psicologia: a procura do bem viver", produzido pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo no XIV Plenário (2013-2016), há a defesa de uma Psicologia crítica e comprometida com a justiça social. De acordo com Elisa Zaneratto, então conselheira e presidente e quem escreveu a apresentação do documento, é preciso lançar luz sobre a condição das populações indígenas no Brasil.

Zaneratto (2016) retoma a história do país dividindo-a em três momentos em que houve assassinatos em massa de certos grupos ou etnias. O primeiro momento corresponde ao da colonização, marcado pelo extermínio dos povos originários e exploração do território. O segundo momento é caracterizado pela escravização dos povos originários negros de países africanos. E o terceiro momento tem como contexto o desenvolvimento industrial, e é marcado pela exploração da mão de obra de imigrantes de países europeus em crise.

Logo, a miscigenação brasileira tem como história a violência, a exploração, o extermínio. Segundo Zaneratto (2016), o etnocídio destruiu traços culturais através da valorização das culturas dos países dominantes, consequentemente estabelecendo padrões de moralidade. Esse processo social, cultural e histórico constitui a subjetividade das brasileiras e brasileiros e está presente nas relações cotidianas, isto é, nos afetos, sofrimentos, medos, utopias e desejos.

Para Elisa Rosa (2016), a Psicologia deve se atentar a tais processos e necessita discutir a questão dos povos indígenas, para que possa contribuir nas suas lutas pela dignidade

[2] Eugen Bertholt Friedrich Brecht, conhecido como Bertolt Brecht, foi um renomado dramaturgo, poeta e encenador alemão do século XX. Mudou completamente a função e o sentido social do teatro, usando-o como ferramenta de conscientização e politização. Estas e outras informações podem ser acessadas através do link: <https://portaldosatores.com/2017/08/14/vida-e-obra-bertolt-brecht/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

e bem viver. Além disso, defende a reinvenção das teorias, das perspectivas de análise da dimensão subjetiva e das referências de atuação.

O documento em questão se propõe a reconhecer o protagonismo dos povos indígenas permitindo que os mesmos participem da produção, para que assim a Psicologia possa pensar sobre os processos constitutivos de subjetividades atravessadas pelo extermínio, luta e resistência.

Segundo o site oficial da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)[3], o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro foi criado através da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, e seus princípios abrangem o reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas, visando assim um Estado pluriétnico e democrático. A FUNAI tem como objetivo promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária, monitorar e fiscalizar terras indígenas, e fazer registros de terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas. Além disso, é responsável também pela implementação e coordenação de políticas de proteção aos povos isolados e recentemente contatados.

A FUNAI também desempenha o papel de promoção de políticas que visam o desenvolvimento sustentável das populações indígenas, buscando a conservação e recuperação do meio ambiente das terras. Para tanto, cabe à Fundação Nacional do Índio a articulação entre as instituições, de maneira a garantir o acesso aos direitos sociais e de cidadania dos povos indígenas.

Ainda de acordo com o site oficial da FUNAI, houve um significativo decréscimo da população indígena, além da extinção de muitos povos, sobretudo entre 1500 e a década de 1970. Apenas em 1991 os indígenas foram incluídos, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no censo demográfico nacional. Em 1991, 0,2% da população brasileira era declarada indígena, enquanto em 2000 a porcentagem aumentou para 0,4%, totalizando 734 mil cidadãos.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE realizado em 2010, há 305 diferentes etnias com o registro de 274 línguas indígenas. A população indígena corresponde a 817.963 pessoas, sendo 502.783 (61%) moradoras da zona rural e 315.180 (39%) residentes em áreas urbanas. Este Censo indicou que há populações indígenas em todos os estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal. As regiões Sudeste e Sul apresentam o menor número de

[3] **Fundação Nacional do Índio**. FUNAI. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/>. Acesso em: 8 abr. 2019.

indígenas, sendo São Paulo, no Sudeste, e Rio Grande do Sul, no Sul, os estados com maior número de indígenas em suas regiões.

Dentre as informações presentes no site oficial da FUNAI, está a de que as comunidades indígenas têm enfrentado diversos problemas, como invasões e degradações territoriais e ambientais, exploração sexual, uso de drogas, exploração de trabalho e êxodo desordenado.

Segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP)[4], em 2000 a população indígena na América Latina era de 30 milhões de pessoas, sendo 12 milhões moradoras de áreas urbanas. As razões principais para que os índios vivam nas cidades são: movimento de migração das terras de origem para as cidades e crescimento das cidades que acabam alcançando as terras indígenas, que passam a integrar a área urbana. Estas situações são encontradas na cidade de São Paulo nas terras indígenas Guarani nas zonas sul e oeste, isto é, Terras Indígenas Jaraguá e Tenondé Porã.

Ainda de acordo com a CPI-SP[5], somado aos problemas que as pessoas que residem nas periferias enfrentam, como desemprego, condições precárias de moradia, violência, falta de assistência à saúde, os indígenas moradores das cidades também enfrentam problemas específicos, como invisibilidade, desconsideração do poder público, questionamento de suas identidades étnicas e escassez de espaço coletivo para manifestações culturais.

A dissertação de mestrado "Tekoá Pyau: território de luta e resistência Guarani no Jaraguá (SP)", produzida por Nathália Lucas Tavares de Souza em 2010, analisa as aldeias indígenas Guarani Tekoá Ytu e Tekoá Pyau, localizadas na zona noroeste da cidade de São Paulo, próximas ao Parque Estadual do Jaraguá. Nesta região houve a construção do Rodoanel Mário Covas, que potencializou a pressão sobre as aldeias e reduziu as condições necessárias para a sobrevivência destes povos, porém, a resistência étnico-cultural manteve-se intacta.

> As aldeias vivem conflitos derivados do frequente assédio pelos loteamentos clandestinos, requerimento ilegal de terras agrícolas do lugar somada à proibição de sua permanência nas áreas do Parque Estadual, bem como, de uso e exploração. Porém, a população indígena que ali vive procura manter os costumes Guarani, passando as crianças sua forma de viver e sua luta. (SOUZA, 2010, p. 15)

Diante de tantas dificuldades encontradas pelas aldeias do Jaraguá, Souza (2010) alega que este contexto configura um embate entre os direitos e sobrevivência indígenas contra a

[4] Fundada em 1978 por antropólogos, advogados, médicos, jornalistas e estudantes atua junto às populações indígenas e quilombolas (desde 1989) para garantia de seus direitos territoriais, culturais e políticos através de capacitações, produção de material didático, divulgação de informações sobre tais populações, projetos de inclusão econômica e monitoramento do Poder Público.

[5] **Comissão Pró-Índio de São Paulo**. CPI-SP. Disponível em: <http://cpisp.org.br/>. Acesso em: 8 abr. 2019.

expansão da cidade e especulação imobiliária. As aldeias Tekoá Ytu e Tekoá Pyau são submetidas à miséria e ao cotidiano marcado por preconceitos, rejeição e abandono, embora tenham conseguido manter a língua, os costumes e a tradicional educação Guarani.

Além do recorte racial/étnico, que se mostra atrelado ao recorte de classe, o presente estudo também se propõe a delimitar o gênero.

2. Mulheres

No documento de "Referência para a atuação de psicólogas(os) em Serviços de Atenção à Mulher em situação de Violência", produzido em 2013 pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) na gestão entre os anos de 2011 e 2013, há a discussão acerca da transformação da concepção de gênero no decorrer da história.

Este documento afirma que a visão antes dualista, em que havia oposição entre o que é ser mulher e o que é ser homem, deu espaço para uma visão que considera a relação entre homens e mulheres como produto de processos sócio-históricos, simbólicos, construídos e que podem ser transformados. Tal concepção mais atual apresenta uma percepção mais integral dos seres humanos e da sexualidade.

No entanto, também é necessário considerar que as divisões de gênero são resultado das relações de poder e participam da manutenção e exploração do modo de produção capitalista. Segundo o documento elaborado pelo CFP em 2013:

> [...] o gênero precisa ser analisado como uma categoria atravessada por outros marcadores identitários que produzem explorações como orientação sexual, raça/etnia, geração, relações urbano rurais, poder aquisitivo, capital cultural, escolaridade, dentre outros. [...] Essas relações de desigualdade produzem violência contra as mulheres sejam elas mais ou menos vulneráveis. (p. 58)

Ainda de acordo com o documento do Conselho Federal de Psicologia, a chamada tripla discriminação (de gênero, de raça e de classe) continua presente nos grupos, configurando maior vulnerabilidade de determinados grupos, como mulheres negras e de classe baixa.

A denominada tripla discriminação pela produção do CFP, é também chamada de consubstancialidade, um conceito proposto por Danièle Kergoat (2010) que defende que as opressões não correspondem a influências, mas a atravessamentos, pois constituem os sujeitos. Nos casos em que há mais de uma forma de opressão, não falamos em soma das mesmas, mas em uma formação de outra condição de existência marcada e construída pelo sexismo, racismo e classismo, em que uma forma de opressão não se mostra hierarquicamente superior a outra.

Desta forma, devemos considerar as peculiaridades das condições de existência e sobrevivência das mulheres indígenas, cujas experiências provavelmente são marcadas pelo sexismo, racismo e classismo.

3. *"Não somos filhas da Europa" (Julieta Paredes)*[6]

Em "Mulheres indígenas: diálogo sobre a vida na cidade", artigo elaborado a partir da dissertação de Mestrado com o mesmo título de Claudina Azevedo Maximiano, publicado em 2013, há análise dos discursos de duas mulheres indígenas que vivem na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, e trabalham como empregadas domésticas.

Maximiano (2013) destaca o cotidiano dessas mulheres indígenas marcado pela busca por um lugar no mercado de trabalho, além de melhores condições de vida e de sobrevivência. A autora afirma que a identidade étnica é reforçada com o contato com outros indígenas, principalmente mulheres indígenas, fato que acontece através da comunicação utilizando a língua-mãe.

Ainda nesta obra, a autora cita Stuart Hall[7] ao discorrer sobre o novo espaço social que provoca a reconstrução das identidades, no caso, das mulheres indígenas que se mudaram para um espaço urbano. Além disso, há a identificação com elementos da sociedade não indígena, potencializando a ideia de Hall de que a identidade é dinâmica e o sujeito passa por processo de autoidentificação e/ou construção da própria identidade.

De acordo com Maximiano (2013), as mulheres indígenas inseridas no novo espaço social assumem diversas posições, como mulheres indígenas na cidade de Manaus, trabalhadoras domésticas, moradoras da periferia e responsáveis pela economia da família. Com essas posições aparecem também padrões de comportamento exigidos pela sociedade "não índia", em que uma das mulheres indígenas entrevistada relata a dificuldade de encontrar um trabalho como empregada doméstica, afinal, há a procura por uma índia "bem educada", honesta, e as contratações são feitas apenas por indicação por terem medo de serem roubados pelas índias. Enquanto a outra indígena afirmou que tem o objetivo de trabalhar, mas não tem com quem deixar os filhos, o que torna a situação mais complexa.

Segundo Maximiano (2013), a inserção no novo espaço social acarreta confrontos

---

[6] Julieta Paredes é uma estudiosa e ativista boliviana do Feminismo Comunitário, corrente do Feminismo Latino-Americano, sobretudo de povos originários. Disponível em: <https://www.diarioliberdade.org/entrevistas/mulher-e-lgbt/18926-em-la-paz-com-julieta-militante-feminista-boliviana-nos-nao-somos-filhas-da-europa>. Acesso em: 15 mai. 2019.

[7] Stuart Hall era um teórico cultural e sociólogo jamaicano autor da obra "Identidade cultural na pós-modernidade", cuja 1ª edição foi lançada em 1992.

frente à não aceitação da identidade étnica dos agentes sociais por parte dos "não índios", ilustrando tal fato com o preconceito sofrido pelos indígenas que residem em Manaus. O cotidiano retrata a complexidade da questão étnica na cidade, no convívio com o diferente, na relação com outros sujeitos resultando em situações que geram conflitos. Assim, o "caráter identitário emerge como um veículo de defesa de demarcação de fronteiras no apelo ao respeito à diferença" (Maximiano, 2013), por exemplo, buscando os direitos junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e outras organizações indígenas na cidade.

Através da verificação da dinâmica do cotidiano, a questão da identidade étnica e das posições sociais que as mulheres indígenas assumem na cidade buscando o auto sustento e a manutenção de suas famílias, Maximiano (2013) destacou que os conflitos presentes no contato com agentes sociais "não índios", indicam o preconceito concretizado que estimula as vítimas a acionarem o coletivo, isto é, outros agentes sociais indígenas e organizações para terem defesa.

Percebe-se então peculiaridades quanto às possíveis demandas das mulheres indígenas. Segundo Hernandez (2008), há uma preocupação quanto à construção de um feminismo que leve em conta a diversidade de contextos em que as mulheres estão inseridas, o que implica em diferentes formas de vivências das desigualdades de gênero e formas de enfrentamento para a transformação.

4. *"O que significa seu 'nós', mulher branca?" (María Lugones)*[8]

A partir da leitura da tese de doutorado de Silveira, de 2018, chamada "Mapulu, a mulher pajé - A experiência Kamaiurá e os rumos do feminismo indígena no Brasil" cujo objetivo é a investigação do fenômeno de "mulheres indígenas ocupando o espaço do mundo sagrado, dominando práticas de cura e pajelança, tendo acesso ao restrito universo de forças e poderes invisíveis, tradicional domínio masculino" (Silveira, 2018), percebemos que para começar a falar do Feminismo Indígena é preciso voltar na história da invasão portuguesa nas terras hoje chamadas de Brasil, ver como as mulheres chamadas de indígenas (sendo que tal nomenclatura colonizadora também deve ser revista) eram vistas.

Para Silveira (2018), havia dualidade da mulher indígena, que era vista como promíscua ao mesmo tempo em que era considerada ameaçadora, além de sofrer diversas tentativas de "domesticação" através do catolicismo. No entanto, toda a história foi contada por homens brancos. Por isso há quem defenda que a história do Brasil deva ser contada de

[8] María Lugones é uma filósofa feminista argentina e estudiosa do Feminismo Descolonial. Esta frase está presente em sua obra "Rumo a um feminismo descolonial" (2010) que utilizaremos neste estudo.

uma maneira feminista, afinal, as mulheres indígenas eram consideradas figuras secundárias em seu próprio contexto.

Após recontar a história brasileira é preciso revisitar as condições das mulheres latino-americanas e considerar as particularidades sócio-históricas marcadas pelo patriarcalismo, colonialismo e imperialismo. Surge assim o Feminismo Descolonial que se debruça na luta contra as opressões sofridas pelas mulheres latino-americanas. E dentro da Teoria do Feminismo Descolonial há o aparecimento do Feminismo Comunitário, que busca a defesa/conquista dos direitos coletivos, da comunidade.

A autora afirma a importância de se fazer recortes de contexto, pois como afirma Julieta Paredes: *"Não somos filhas da Europa"*. Nossas condições, enquanto mulheres latino-americanas, são peculiares, logo temos diferentes demandas que foram construídas como respostas nas fissuras do modelo da exploração, da colonização e do patriarcado.

Ainda segundo Silveira (2018), as mulheres indígenas não se veem contempladas pelo Movimento Feminista convencional, tampouco pelo Movimento Indígena, uma vez que a condição de mulher indígena é peculiar frente à condição de mulheres e de homens indígenas. Atualmente podemos encontrar mulheres indígenas liderando movimentos na luta por seus direitos, na discussão sobre demarcação de terras, sobre a condição da mulher indígena muitas vezes vítima de violências.

Para aprofundarmos a compreensão acerca do assunto proposto neste tópico, é necessário discorrer brevemente sobre "Colonialidade e Gênero" (2008) de María Lugones[9], um texto estratégico para discutir sobre Feminismo Descolonial, uma vez que reúne as principais investigações sobre o tema. Para tanto, todos os argumentos que aparecerão neste tópico estão presentes na obra de Lugones. Faremos desta forma para evitar um excesso de referências a um mesmo texto. A autora cita Quijano, Allen e Oyewùmi para sustentar a investigação, e tais autoras também serão citadas aqui.

De maneira geral, o artigo de autoria de María Lugones investiga a interseccionalidade entre raça, classe, gênero e sexualidade a partir do denominado Sistema Moderno/Colonial de Gênero. Ressalta que as *mulheres não brancas* - termo utilizado no texto - são aquelas vítimas da colonialidade do poder e da colonialidade de gênero, conceitos que serão trabalhados mais adiante.

Lugones sustenta a existência do Feminismo Descolonial através de análises críticas do Feminismo Hegemônico (feminismo das mulheres burguesas brancas), que não abarca as

[9] LUGONES, Maria. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, n. 09, p. 73-101, 2008.

mulheres não brancas, como as indígenas, mestiças, negras, mexicanas e porto riquenhas. Além disso, busca compreender a indiferença - de homens que são vítimas da dominação racial, da colonialidade do poder e inferiorizados pelo capital global - diante da violência contra a mulher não branca.

A autora afirma que falar de feministas não brancas significa considerar as mulheres vítimas de dominação e exploração violentas. A perspectiva epistemológica se diferencia do Feminismo Hegemônico por focar na intersecção das categorias raça, gênero, classe e sexualidade. Portanto, a base do Feminismo Descolonial consiste na resposta às situações históricas de coerção em todas as dimensões da organização social, a partir da investigação histórica da alteração das relações comunais e a subordinação da mulher colonizada em relação ao homem colonizado.

Lugones parte de conceitos trabalhados por Quijano, sobretudo a *Colonialidade do Poder*, que corresponde ao entrelaçamento de processos da produção de raça e gênero diante do poder global capitalista. No entanto, Lugones faz acréscimos ao que Quijano chama de poder capitalista eurocentrado e global, cuja organização se dá em dois eixos: colonialidade do poder e modernidade. Para Quijano, o poder capitalista eurocentrado e global tem como foco a disputa por controle das denominadas áreas da existência (sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade seus recursos e produtos), provocando o surgimento de novas identidades geoculturais e sociais, ou seja, a dominação social é de caráter material e subjetivo.

A principal crítica de Lugones acerca da produção de Quijano refere-se à aceitação do significado hegemônico de gênero, um significado que é biologizante e imposto colonialmente. Assim, com o auxílio de Allen e Oyewùmi[10], fala em *Sistema Moderno-Colonial de Gênero*, que considera a dissolução forçada e crucial de vínculos de solidariedade entre as vítimas da dominação e exploração, sendo que dominação e exploração são centrais na colonialidade.

Lugones compactua com a ideia presente na obra de Quijano, que afirma que no capitalismo há a necessidade de naturalização das identidades e das relações de colonialidade, tais fenômenos são guiados pela produção de determinadas formas de conhecimento. Em seguida, discorre sobre outro fenômeno, relacionado diretamente com a colonialidade, que podemos conhecer como *Mito Fundador*.

[10]Allen e Oyewùmi são estudiosas da concepção de *Gênero* enquanto uma imposição colonial. Allen refere-se à Americanas/os Nativas/os, enquanto Oyewùmi investiga as/os Yoruba do continente africano.

> De modo mitológico, se entendeu que a Europa, como centro capitalista mundial que colonizou o resto do mundo, pré-existia ao padrão capitalista mundial de poder e, como tal, constituía o momento mais avançado e em curso contínuo, unidirecional e linear das espécies.[11] (LUGONES, 2008, p.81)

Assim, a partir desta mitologia houve a divisão dicotômica da população mundial, europeus enquanto superiores, racionais, civilizados e modernos. Já as outras pessoas pertencentes ao grupo daqueles que são inferiores, irracionais, tradicionais e primitivos. Esta concepção sustenta a ideia de que a dominação e exploração dos europeus em outros territórios na verdade correspondeu a um caminho unidirecional das espécies, isto é, um processo inevitável.

Diante das considerações históricas que devem ser feitas para desnaturalizar fenômenos que são tidos como dados, não como construídos social e historicamente, Lugones propõe a necessidade de se abordar a interseccionalidade de raça e gênero no esquema proposto por Quijano. Este processo de historicização também é utilizado pela Psicologia Sócio-Histórica - cujos aspectos centrais são utilizados para a discussão deste estudo - para a compreensão dos fenômenos a partir do entendimento da construção multideterminada, levando em conta aspectos históricos, sociais, políticos e culturais, para então ser possível pensar em transformações da realidade.

Outro ponto que evidencia a importância da historicidade, e da utilização da Sócio-Histórica para discutirmos o tema, também está presente na obra de Lugones. A autora refere-se à Allen, outra estudiosa que afirma a existência de muitas comunidades tribais matriarcais de Nativas/os Americanas/os, inclusive reconheciam positivamente a homossexualidade e entendiam os gêneros em termos de igualdade.

Para tanto, segundo Lugones (2008), gênero corresponde a uma ferramenta de dominação introduzida de forma binária e hierárquica. Logo, a inferiorização das mulheres indígenas está vinculada à dominação e transformação da vida tribal.

Oyewúmi, estudiosa da colonialidade de gênero no continente africano, também é citada por Lugones, sobretudo quando se refere à colonização como um processo dual de inferiorização racial e subordinação de gênero.

> [...] os feminismos do século XX, não se fizeram explícitas as conexões entre gênero, classe e a heterossexualidade como racializadas. Esse feminismo focou sua luta, e suas formas de conhecer e teorizar, contra uma forma de caracterização das mulheres como frágeis, débeis tanto corporal como mentalmente, restritas ao espaço privado e sexualmente passivas. Mas não explicitou a relação entre estas

[11] A tradução deste trecho foi feita pela pesquisadora.

> características e a raça, e somente constroem a mulher branca e burguesa. (LUGONES, 2008, p. 94)[12]

Para tanto, é necessário construir um feminismo que considere as opressões de raça/etnia e classe, para além da opressão relacionada ao gênero. Ao considerar estas intersecções, a colonialidade é fundamental para a discussão e consequentemente para o entendimento da luta, tendo como horizonte a transformação social. Estes argumentos aparecem em outra obra de Lugones, chamada "Rumo a um feminismo descolonial".[13]

> Descolonializar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualidade visando uma transformação vivida do social. [...] o feminismo não fornece apenas uma narrativa da opressão de mulheres. Vai além da opressão ao fornecer materiais que permitem às mulheres compreender sua situação sem sucumbir a ela. Começo aqui a fornecer uma forma de compreender a opressão de mulheres subalternas através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista, e heterossexualismo. (LUGONES, 2010, p. 940 - 941)

As informações e estudos referenciados, evidenciam a necessidade da Psicologia em lançar luz sobre a subjetividade das populações indígenas, assim como se fazer presente e contribuir nas lutas por visibilidade e pela garantia de direitos dos indígenas e das mulheres. Desta forma, o presente trabalho mostra-se relevante por apontar para um compromisso ético-político da Psicologia enquanto ciência e profissão, em consonância com as demandas deste campo e contexto.

5. "*Agora meu povo se encontra um pouco melhor na aldeia Aldeia Pyau Pico do Jaraguá, pode pá, que lá é nossa quebrada, de lá ninguém vai nos tirar*"[14]

Considerando a necessidade de se fazer um apanhado histórico para demonstrar uma das contradições do modelo capitalista: que não protege as populações originárias, ao mesmo tempo que permite construções que poluem, desmatam e exterminam a biodiversidade local; além dos entraves colocados pela legislação ambiental (necessária, porém precisa ser revista para saber para quem vale); e o direito pela demarcação de terras, nos debruçaremos sobre o território indígena Tekoá Pyau.

Na dissertação de mestrado "Tekoá Pyau: território de luta e resistência Guarani no Jaraguá (SP)" de 2015, a autora Nathalia Souza trabalha as questões delicadas e complexas

---

[12] Tradução feita pela pesquisadora.

[13] LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set. 2014. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 20 abr. 2020. doi:https://doi.org/10.1590/%x.

[14] Música e letra disponíveis no YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=lczH-Uykz94> cujo nome do vídeo é "MC WERA - Retomada de Terra".

que perpassam o território da aldeia indígena urbana Tekoá Pyau, também conhecida como "aldeia de cima", enquanto a Tekoá Ytu é chamada de "aldeia debaixo".

A Tekoá Ytu fui fundada na década de 1960 por Dona Jandira - cacique Kerexu - e Sr. Joaquim vindos de Itanhaém. E o filho do casal fundou a aldeia de cima, a Tekoá Pyau. Devido a uma característica dos povos Guarani, que é a de fazer viagens pelo território e passar por outras aldeias, tanto a Tekoá Pyau, quanto a Tekoá Ytu cresceram. A aldeia Tekoá **(figura 1)**, de aproximadamente 2 hectares, é composta por 78 famílias e por volta de 600 Guaranis, além de ser a menor área indígena do Brasil (Souza, 2015).

As aldeias estão próximas ao Parque Estadual do Jaraguá[15], área de Mata Atlântica localizada na zona noroeste da cidade de São Paulo, configura uma Área de Preservação Permanente (APP) desde 1961.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), lei nº. 9.985/2000:

> "Até que seja elaborado o Plano de Manejo todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de Proteção Integral deve se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger [...]"

Logo, não são permitidos nenhum tipo de utilização dos recursos do ambiente, mesmo que seja por povos tradicionais, embora a mesma lei deva garantir a satisfação das necessidades materiais, sociais e culturais destas populações (Souza, 2015).

[15] "O Parque Estadual do Jaraguá abriga um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica da região metropolitana de São Paulo. É representado pelo icônico morro do Jaraguá, onde está localizado o Pico do Jaraguá, que representa o ponto mais alto da cidade de São Paulo, com 1.135 metros de altitude e proporcionando ao visitante um vislumbre inusitado e belo da maior cidade da América Latina. São 492 hectares de áreas de conservação localizadas na região noroeste da cidade de São Paulo, no bairro do Jaraguá." Trecho retirado do site do Governo do Estado de São Paulo.
Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/parques-e-reservas-naturais/parque-estadual-do-jaragua/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

Figura 1: Localização da aldeia indígena Tekoá Pyau – pelo Google Earth
Foto organizada pela pesquisadora, 2019.

Figura 2: Localização da aldeia indígena Tekoá Pyau, CECI Jaraguá e Rodovia dos Bandeirantes – pelo Google Earth
Foto organizada pela pesquisadora, 2019.

Figura 3: Localização da aldeia indígena Tekoá Pyau, Rodoanel Mário Covas e Rodovia dos Bandeirantes – pelo Google Earth
Foto organizada pela pesquisadora, 2019.

Em 1994, o Parque Estadual do Jaraguá foi tombado, pela UNESCO, como patrimônio histórico da humanidade. Aqui se instala então uma contradição entre o que é permitido pela lei e o que os povos tradicionais necessitam para sobreviver e manter o grupo. O que torna a situação ainda mais questionável é o fato de que o Rodoanel Mário Covas (**figura 3)**, que de certa forma delimita as terras Tekoá, foi construído em 2002 e que, segundo Souza (2015), poluiu mananciais. Além disso, a Rodovia dos Bandeirantes **(figuras 2 e 3)**, construída em 1978 e que também delimita o território Tekoá, tomou parte das terras dos povos indígenas que ali vivem.

A **figura 2** apresenta a maior fonte de renda da comunidade, que é oriunda do CECI (Centro de Educação e Cultura Indígena), uma escola indígena bilíngue, construída na gestão da Marta Suplicy (PT) - com início das obras em 2000 - em que muitos trabalham como professoras/es, nas equipes da cozinha, faxina, etc. Os Tekoá Pyau também vendem artesanatos na aldeia, entretanto, ainda dependem de doações (Souza, 2015).

De acordo com relatos transcritos na dissertação de mestrado de Souza (2015), a comunidade local descarta lixo nas terras Tekoá Pyau, além de terem ocorrido diversos episódios em que pessoas apareceram e alegaram serem donas daquelas terras, obrigando os membros da aldeia a resistirem a todo momento e lutar pelos seus direitos. Este fato se deve, segundo os Guaranis, ao pensamento de que é preciso somente da área das casas, não

considerando que se trata de uma população indígena que faz uso dos recursos naturais, inclusive necessitam da terra para plantar. Vale frisar que a aldeia não tem acesso à energia elétrica, tampouco ao saneamento básico. A Sabesp implantou uma rede de esgoto, porém não fez as devidas ligações nas residências. E a Empresa Furnas[16] instalou um reservatório de 10 mil litros de água.

Como exemplo de enfrentamento às ações de reintegração de posse de terras indígenas, no dia 25 de janeiro de 2014, aproximadamente 200 Guaranis M'bya protestaram contra a reintegração de posse da área da Tekoá Pyau. A manifestação contou com danças e rezas, e teve como *slogan* a frase de luta: "O Jaraguá é Guarani". Além disso, redigiram a seguinte carta[17]:

> A "Justiça" dos brancos decidiu que temos até o 27 de julho para desocupar nossa aldeia Tekoa Pyau, próxima ao Pico do Jaraguá, onde moram mais de 500 dos nossos parentes, a maioria crianças. Por isso, no próximo dia 25/07, nós indígenas guarani-mbya estaremos unidos em frente ao Tribunal Regional Federal com parentes de várias aldeias, rezando e dançando, mostrando toda nossa força para resistir a essa decisão absurda e genocida!
>
> A Terra Indígena Jaraguá, onde está inserida a tekoa pyau, já foi reconhecida pela FUNAI como de ocupação tradicional do nosso povo e cabe ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, assinar a Portaria Declaratória que dá continuidade ao processo de demarcação de nossas terras. Sem a demarcação, a terra em que vivemos está pequena demais para poder ensinar nossas crianças a viver do jeito guarani e, ao invés de mandar o Ministro Cardozo assinar, o juiz Clécio Braschi resolveu mandar a polícia pra tirar o pouco que temos.

[16] "FURNAS Centrais Elétricas é uma sociedade anônima de economia mista federal, de capital fechado e controlada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. A empresa atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica. Está presente em 15 estados e no Distrito Federal." Trecho retirado do site da Empresa Furnas. Disponível em: <https://www.furnas.com.br/subsecao/2/institucional?culture=pt> Acesso em: 20 nov. 2019.

[17] Acesso à notícia completa sobre a "Resistência Guarani SP".
Disponível em: <http://campanhaguaranisp.yvyrupa.org.br/?m=201407>. Acesso em: 20 nov. 2019.

> Por isso, vamos ao TRF na Av. Paulista onde levaremos todas as crianças da aldeia que correm risco de despejo para protocolar desenhos que elas fizeram para o juiz substituto Alessandro Diaferia que deve julgar o recurso apresentado pela FUNAI para reverter essa decisão. Esperamos que vendo as nossas crianças cantando, nossos guerreiros dançando xondaro, e nossos pajés rezando em frente ao seu escritório, o juiz da 2a instância não pense como esse que quis nos exterminar e determine nossa permanência em nossa terra tradicional.
>
> Compareça você também e mostre que nós não estamos sozinhos!
>
> O Jaraguá é guarani e de lá não sairemos!
>
> Aguyjevete pra quem luta!

O cenário das moradoras e moradores da Tekoá Pyau é o seguinte: a terra não é demarcada, essa luta atravessa anos e configura um processo excessivamente demorado; por estar próximo ao Parque Estadual do Jaraguá e não haver reformulações na legislação desta área de preservação, não podem utilizar os recursos naturais, e o pequeno território que ocupam é pedregoso, o que dificulta ainda mais o plantio; sem contar a ausência de saneamento básico e energia elétrica; lutas diárias em defesa de seus direitos; e sobrevivência conturbada em meio à comunidade.

Segundo Souza (2015), a Tekoá Pyau apresenta uma peculiaridade que desperta curiosidade por ainda estar viva, isto é, embora enfrente constantemente "ações de reintegração de posse, proibição de uso da área do Parque Estadual do Jaraguá, reserva florestal de Mata Atlântica, mas que ainda assim, se firmam no espaço geográfico atribuindo-lhe toda efetividade cultural e étnica" (resumo).

Tendo em vista todas as considerações feitas até o momento, propusemos a pesquisa com o intuito de lançar luz sobre a experiência das mulheres da aldeia urbana Tekoá Pyau.

ESCOLHAS DE MÉTODO

Para adentrar no campo precisamos pensar nas condições singulares que a cidade submete seus habitantes. Refletir sobre a questão do território, a história de exploração combatida/enfrentada com movimentos e mobilizações, hoje expressos através também de movimentos indígenas e movimentos de mulheres indígenas. Estas que podem não ser contempladas pelas pautas do movimento indígena, assim como podem também não bastar as pautas dos movimentos feministas convencionais, que são construídos, sobretudo, pela branquitude. Então, se fez necessário o pensamento de outras vertentes do feminismo que falassem das singularidades das mulheres, entre elas as mulheres pobres (Feminismo Classista), as mulheres negras (Feminismo Negro) e as mulheres indígenas (Feminismo Indígena).

Considerando que deve haver cuidado para não colonizar os saberes e as experiências, a etnografia se faz potente por permitir que a partir do convívio, da construção de uma relação de confiança para então decidirmos, juntas, a partir da observação etnográfica, os instrumentos de apoio. A escolha do método etnográfico se deu para garantir a primazia do campo, a imersão em outra forma de ver o mundo, de vivenciar mesmo não deixando de ser quem sou, mas respeitando e legitimando quem elas são. Muitos estudos se utilizam dessa perspectiva teórico-metodológica na Psicologia Social, especialmente quando se trata de povos tradicionais (Sato e Souza, 2001; Andrada, 2018).

Foi necessária uma preparação acadêmica e pessoal para poder estar por inteiro de maneira que a não encaixá-las em teorias, saberes eurocêntricos e colonizadores, saber que somos diferentes, e por isso permitir que vivamos de formas distintas e tenhamos relação, criação de vínculo, estabelecimento de relação de confiança. Então, identificamos e conversamos com as mulheres que estavam dispostas a falar sobre suas vidas, suas histórias, para com o intuito de compreendermos os aspectos da dimensão subjetiva da experiência de mulheres indígenas da aldeia urbana Tekoá Pyau, marcada pelas opressões quanto à raça/etnia, gênero e classe. Especificamente nos debruçamos sobre o entendimento dos processos psicossociais no que tange à identidade e à relação delas com o chamado Feminismo Indígena.

A presente pesquisa configurou-se como um estudo de Psicologia Social, nível graduação, de cunho qualitativo, fundamentada na proposta metodológica da etnografia, desenvolvida no campo das populações indígenas paulistanas. O objetivo principal da pesquisa é compreender aspectos da dimensão subjetiva da experiência de mulheres indígenas

da aldeia urbana Tekoá Pyau - localizada na zona noroeste da cidade de São Paulo - marcada pelas opressões quanto à raça/etnia, gênero e classe.

As escolhas de método fundamentaram-se primordialmente em observações etnográficas, e fizeram uso de entrevistas e fotografias como instrumentos de apoio. Vale ressaltar que houve um uso mais ampliado da fotografia como linguagem, pensamento, engajamento e instrumento importante na pesquisa em Psicologia Social (Sato, 2009)[18]. Devido ao fato de que a fotografia ganhou maiores proporções durante o trabalho de campo, podemos afirmar que se trata de uma fotoetnografia.

Como material produzimos o diário de campo, como fonte empírica, ou seja, materialização da experiência etnográfica. O diário foi analisado por meio dos aportes teóricos da Psicologia Sócio-Histórica em diálogo com o método etnográfico.

Como direções procedimentais da pesquisa, seguimos as seguintes etapas:

1. Revisão Bibliográfica, de início e de modo transversal, sobre o campo social e conceitual da pesquisa, recorrendo especificamente a leituras e investigações históricas, sociológicas e psicossociais sobre populações indígenas e o chamado Feminismo Indígena;

2. Submissão do Projeto para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no dia 14 de outubro de 2019, e aprovação do Projeto no dia 31 de dezembro de 2019;

3. Prospecção do Campo, com três etapas nitidamente marcadas: a) promoção e atualização de contatos com pessoas ligadas à aldeia Tekoá Pyau; b) visitas iniciais e entrega da carta de apresentação da pesquisadora; c) apresentação e acordos sobre os termos da pesquisa com as participantes, especialmente quanto aos cuidados éticos que foram tomados em todo o desenvolvimento do estudo, em consonância com a legislação vigente (Res. N. 466 de 12/12/2012 – MS/CNS/CONEP);

4. Realização da observação etnográfica, com utilização de instrumentos de apoio: fotografias e entrevistas. Estes instrumentos foram acordados com as três participantes que protagonizaram o diário de campo[19], com base nos objetivos da pesquisa e em consonância com a revisão bibliográfica. Os materiais empíricos deveriam ter sido revistos e editados, com a anuência das participantes, que também receberiam cópias do material para revisão,

[18] Existem muitos trabalhos que usam a fotografia como linguagem importante. Para saber mais sobre o assunto, sugerimos a leitura de "Olhar, ser olhado e olhar-se: notas sobre o uso da fotografia na pesquisa em psicologia social do trabalho" (2009) de Leny Sato.
Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172009000200007>. Acesso em: 15 mai. 2020. E "Sobre Susan Sontag: a fotografia como pensamento engajado" (2017) Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/download/26367/pdf>. Acesso em: 15 mai. 2020.

[19] As mulheres que protagonizaram o diário de campo foram: Kátia, Laura e Patrícia.

como foi acordado. No entanto, devido ao contexto de crise sanitária - assunto que retomaremos mais adiante - e medidas de proteção à saúde, as idas ao campo foram interrompidas, porém serão retomadas assim que as condições forem seguras para ambas as partes. Estes materiais continuam armazenados sob sigilo, em computador de uso pessoal da pesquisadora, ao qual apenas ela tem acesso;

5. Análise Qualitativa, a partir da sistematização dos materiais, apoiada na revisão bibliográfica, e confecção dos textos finais.

Como um resultado direto da pesquisa, esperou-se reunir, em publicação de amplo acesso e circulação, materiais de mulheres Tekoá Pyau sobre processos psicossociais no que tange à identidade e à relação delas com o chamado Feminismo Indígena. Assim, de modo geral, esperou-se contribuir para a compreensão de aspectos da dimensão subjetiva da experiência cotidiana de mulheres indígenas de aldeias urbanas, marcada pelas opressões quanto à raça/etnia, gênero e classe.

A observação etnográfica na perspectiva de uma "prática etnográfica" - como pressupõe Magnani (2009) - embora não seja de longa duração, pretende-se fazer uma permanência sistemática em campo, assim, pode apresentar possíveis desconfortos e riscos afetivos decorrentes da participação na pesquisa, no entanto, asseguramos que tomamos todos os cuidados possíveis para evitar, minimizar ou mesmo reparar estes desconfortos, antes, durante e após a realização do processo.

Em termos procedimentais, realizamos oito visitas de campo no período de 4 de janeiro de 2020 a 15 de fevereiro de 2020. Além de experiências preliminares de campo, cujos relatos se referem a um evento aberto ao público realizado no Sesc 24 de maio nos dias 7 e 8 de setembro de 2019.

As experiências anteriores ao campo, e as visitas propriamente ditas, foram relatadas e descritas em diário de campo em 46 páginas, que se encontram disponíveis no capítulo de resultados.

O processo de escrita e o trabalho de campo foram afetados pela pandemia da COVID-19, em que, dentre as medidas de enfrentamento ao coronavírus, estava/está o isolamento social na cidade de São Paulo desde março de 2020.[20] Embora a maior parte do trabalho em campo já tivesse sido feito, ainda será necessário retornar para uma reunião devolutiva com as mulheres sobre o processo da pesquisa. Será feito tão logo possível.

[20] Para maiores informações sobre o isolamento social na cidade de São Paulo, acesse o link: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/isolamento/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

No entanto, este *feedback* ainda não foi feito, por uma questão de cuidado com a saúde de todas envolvidas. Inclusive a página no *Instagram* chamada *Luta Guarani*[21], administrada por uma das lideranças jovens da Tekoá Pyau, solicitou em março de 2020 que, por maior que seja a necessidade de doações de alimentos, produtos de higiene e roupas neste momento de crise, para que as pessoas evitassem visitá-los, uma vez que podem atuar enquanto vetores do vírus.

Diante deste contexto complexo e que exige delicadeza, o retorno será feito somente quando não houver mais possibilidade de risco a nenhuma das envolvidas no estudo, ou seja, somente com o fim da crise sanitária.

[21]Para acompanhar o cotidiano e as lutas das aldeias do Jaraguá, acesse o link: <https://www.instagram.com/lutaparquejaragua/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA

A seguir apresentaremos trechos das experiências preliminares ao campo e do Diário de Campo, com o intuito de compreender aspectos da dimensão subjetiva da experiência de mulheres indígenas da aldeia urbana Tekoá Pyau, marcada pelas opressões quanto à raça/etnia, gênero e classe. Especificamente buscaremos entender processos psicossociais no que tange à identidade e à relação delas com o chamado Feminismo Indígena.

Experiências preliminares ao campo: encontros com Guaranis e Huni Kuin[22]

"Um pé cheio de lama não é um pé sujo, é um pé vivo, porque a terra é viva"[23]

É preciso descolonizar o pensamento, a forma de ver o mundo, de se organizar e de existir para que possamos respeitar, considerar e permitir estar, escutar e fazer parte de acordo com as diversas configurações culturais, que são históricas, sociais e políticas.

Na roda de conversa com os Huni Kuin, população indígena da floresta Amazônica Acreana, mais especificamente das terras do rio Jordão próximas à fronteira com o Peru, no dia 7 de setembro de 2019, realizada na biblioteca do Sesc 24 de Maio, Renato Maná, Zenira Nixiani e José Mateus Itsairu, professora/es Huni Kuin mostraram as cartilhas desenvolvidas pelo seu povo em contrapartida as cartilhas entregues pelo governo, afinal, além de estarem escritas na segunda língua (o português) eram descoladas da realidade das crianças e jovens Huni Kuin.

Estas cartilhas, confeccionadas cuidadosamente, passam para a forma escrita e desenhada uma cultura que é transmitida pela oralidade, além de articular com a filosofia indígena, mitos, saberes e mundo. A produção do material didático autoral é um desdobramento do conceito de Shubu Hiwea (Escola Viva), que parte do princípio de que a floresta é viva, logo a educação também é viva; além de reafirmar a necessidade de se educar abrangendo os mais diferentes saberes que fazem parte da cultura Huni Kuin, uma vez que se trata de outra concepção de mundo, de outras formas de relacionamento. E como forma de resistência, ao mesmo tempo em que se toma cuidado para não colonizar os saberes indígenas, os Huni Kuin estavam em São Paulo para conhecer escolas com o objetivo de construir uma escola diferente. Tiveram o auxílio de um psicólogo durante a estadia na cidade e também para conhecer escolas democráticas baseadas no modelo da

[22] Evento aberto ao público realizado no Sesc 24 de Maio - nos dias 7 e 8 de setembro de 2019 - com lideranças dos povos Huni Kuin e Guarani M'bya.
[23] Fala de liderança Huni Kuin.

Escola da Ponte de Portugal[24]. Durante a roda de conversa, entre histórias e cantos indígenas, Zenira Nixiani, enquanto amamentava seu filho, compartilhou que as artes (tecidos, colares, anéis, braceletes) ali expostos eram produzidos pelas mulheres Huni Kuin, desde a plantação do algodão, colheita, fiação, tingimento e a confecção propriamente dita. Para cada arte, devido aos diferentes formatos que representam os animais, há uma música que ensina como fazer. A mulher Huni Kuin afirmou que as meninas começam a fazer parte da produção destes materiais entre 13 e 14 anos.

No dia seguinte, 8 de setembro de 2019, na praça de convivência do Sesc 24 de Maio, houve outra roda de conversa com os Huni Kuin (Renato Maná, José Mateus Itsairu e Zenira Nixiani) e com outros três indígenas Guaranis que vivem no Jaraguá-SP, David Popyguá, Carlos Papá Mirim e a filósofa Cristine Takuá. Este encontro, dentro da jornada Shubu Hiwea (Escola Viva), proporcionou o intercâmbio de saberes entre os povos da Floresta Amazônica e Mata Atlântica acerca dos desafios e possibilidades da Educação.

A roda de conversa, de nome "Cosmovisão e saberes ancestrais", teve como foco a discussão sobre o fortalecimento dos saberes e da memória. Os convidados afirmaram que os saberes ancestrais são como uma espiral, cuja base é a floresta, assim, todos os saberes são conectados com a memória, com o sonho, e que há valorização e respeito para com os mais velhos, considerados os mais sábios. Essa é a educação tradicional indígena, diferente da educação da ciência, da razão, da cidade, que separa o corpo do espírito, coloca os conhecimentos em "caixinhas", segmentando-os.

Cristine Takuá trouxe a seguinte questão sobre a diferença de conceituação do que é feito pelos indígenas em relação ao que é feito pelos não indígenas: "Não é arte, é artesanato. Não é religião ou filosofia, é mito. Tudo é menos"[25]. Em seguida disse que a tentativa de evangelização - como se não existisse espiritualidade na cultura indígena - configura um etnocídio, pois corresponde ao assassinato das almas dos povos. Ainda segundo Takuá, esta cultura da razão, que prega a ordem e o progresso, está esvaziando as memórias ancestrais, estas guardadas na alma com as/os mais velhas/os. Critica o desmatamento, a poluição das águas chamando tais atrocidades de "estupro da terra" que é defendido em nome da ordem e

[24] "A Escola Básica da Ponte é uma escola com práticas educativas que se afastam do modelo tradicional. Está organizada segundo uma lógica de projeto e de equipa, estruturando-se a partir das interações entre os seus membros. A sua estrutura organizativa, desde o espaço, ao tempo e ao modo de aprender exige uma maior participação dos alunos tendo como intencionalidade a participação efetiva destes em conjunto com os orientadores educativos, no planejamento das atividades, na sua aprendizagem e na avaliação." Trecho retirado do site da Escola da Ponte.
Disponível em: <http://www.escoladaponte.pt/novo/projetos/>. Acesso em: 26 nov. 2019.

[25] Neste Capítulo de Resultados, as palavras e frases entre aspas dizem respeito às falas das pessoas envolvidas no estudo.

do progresso. Complementa que o “conhecimento da razão” está em colapso por ter como governante Jair Bolsonaro, um homem que não compreende a importância da Floresta Amazônica.

Os Huni Kuin e Guaranis consideram os rios como veias da terra, e defendem que as “escolas da cidade” não são úteis para as crianças, afinal, não ensinam que deve-se cuidar dos rios e das terras, uma vez que pensar na nossa sobrevivência, é pensar na sobrevivência da terra e dos espíritos das florestas, e para isso deve haver valorização da coletividade para nossa própria preservação e conservação do mundo. Mundo este que, muitas vezes acelerado, não tem paciência para escutar o outro, isto é, o pássaro, o vento, o outro ser humano. Também consideram que educação é saber escutar os mais sábios, saber respeitar os espíritos da terra, e por exemplo, não cortar a fala do outro. O fato de não interromper a argumentação de outra pessoa ficou muito evidente no encontro, antes de iniciarem as falas perguntavam se a pessoa que estava falando anteriormente já havia terminado de falar, para assim darem início aos seus argumentos.

Para eles “Um pé cheio de lama não é um pé sujo, é um pé vivo, porque a terra é viva”, e devido ao contexto de extremo retrocesso os espíritos da floresta estão zangados, já que os humanos só pensam em dinheiro. Em seguida perguntaram: “Quem divide dinheiro? Alimento e caça se divide”.

Também sinalizaram que “Quem não sonha não alimenta a alma”, além disso, “As medicinas da floresta fazem a gente sonhar”, diferentemente dos remédios que nos dopam. Para tanto, um “ser esclarecido” é aquele que sabe pensar sobre seu sonho. Na filosofia Guarani há o chamado “Arandu”, que é a pessoa que consegue alcançar o conhecimento de sentir a própria sombra, ou seja, de se conhecer.

Mobilizados pela onda crescente de desmatamentos e queimadas, perguntam para as pessoas que estão fazendo parte da roda de conversa se as escolas estão falando das mortes dos rios, se os governantes estão pensando em políticas públicas para não jogar fezes, urina e cocaína nos mares e rios. Silêncio. Retomam que transformaram o tabaco - uma planta sagrada capaz de curar - em droga, assim como fizeram com a cocaína, que é importante para os povos andinos; e que “As drogarias vendem drogas, as florestas nos curam”. Aí está a importância da escola viva, a escola que respeita a floresta viva, reconhece as medicinas presentes e suas potencialidades, escola que é lugar de cuidado.

Os Huni Kuin disseram que fizemos distorções das utilidades das plantas, corrompendo uma medicina que cura, limpa, ensina e atua para a libertação. Para eles havia uma mulher que conhecia todas as medicinas e ensinou/transmitiu para as comunidades indígenas seus conhecimentos. Estes saberes também incluem os rituais de preparação para início das atividades. As mulheres Huni Kuin, por exemplo, antes de produzirem as artes, fazem banhos, tingem os dentes, colocam colírios nos olhos e utilizam o rapé, todos estes procedimentos acontecem juntamente com as cantorias, rezas e danças.

Para os Guaranis, é tempo de acordar! Por muito tempo os humanos estavam dormindo. Os humanos não indígenas acabaram separando a terra, a água, a madeira e a vida, sendo que fazem parte de algo único, sem divisão. Como estão ligados a tudo, a terra é importante e não deve ser vendida! Afinal, "se não sou dono, não vendo".

Ainda segundo os Guaranis, o humano veio do escuro: "Eu vim do escuro. Antes de estar no mundo, eu estava no escuro". A energia do escuro é que dá a vida. É no escuro que dormimos, descansamos todas as noites. Falam que "o escuro é a verdadeira mãe". É no escuro que podemos sentir verdadeiramente o sentir; entender/ouvir de fato as palavras; "sentir o outro, verdadeiramente o outro", já que os olhos têm limites, mas por dentro "somos escuro".

Para eles existem dois tempos: tempo velho e tempo novo. Sendo o novo tempo de plantar e dar nome para as crianças que nascem, o que não acontece durante o tempo velho, que mesmo que aconteçam nascimentos, as crianças ficam sem nome até que chegue o tempo novo. Também não há a noção de meses ou anos. Então perguntam: "Por que 2019? Essa terra já existe há muito tempo!".

O Huni Kuin Itsairu afirma que o indígena que mora mais perto do município, isto é, da cidade, se afasta do que realmente é ser um Huni Kuin. Tal temática também surge na fala de David, um Guarani morador do Jaraguá, preocupado com a vida na cidade devido à intensa presença de álcool, drogas, alimentos industrializados e afastamento da cultura e dos rituais de cura. Além disso, David se dedica a pensar sobre o que fazer para que a escola não colonize os saberes dos jovens, e a solução encontrada corresponde à necessidade de uma formação diferenciada.

David conta que a terra indígena do Jaraguá abriga seis aldeias, incluindo a Tekoá Ytu e a Tekoá Pyau. A questão é que o rio está contaminado, a mata e a caça são escassas. O Guarani também alertou sobre uma ameaça de construção de um condomínio de luxo nesta terra indígena. David continua falando sobre como vivem e como buscam a ancestralidade. Diz que os adultos não incentivam que as crianças sigam determinada profissão, mas que a

própria criança possa despertar, ou não, os próprios gostos; uma vez que todas têm possibilidade de aprender a sabedoria, independentemente de onde seja a terra, bastando apenas a chamada "disciplina espiritual", para não seguir o que chamam de "caminho do mal", por exemplo beber, que não faz parte desta cultura. Complementam que até certa idade é possível ter um determinado "controle" em relação às crianças, em que se diz o que deve ou não fazer. Depois "já não posso dizer onde as plantas dos seus pés vão pisar", e o jovem precisa lidar com as consequências.

Tanto os Huni Kuin quanto os Guaranis disseram, ao longo do encontro, frases muito potentes, como: "A floresta cura todo tipo de doença", porém, por estarmos matando os rios e árvores, as florestas não irão mais conseguir curar, já que as doenças chegarão pelos rios, pelos mares e pelo ar; "A pessoa que não se ama, que não se cuida, não é capaz de amar outro alguém", sendo que se amar é proteger o próprio corpo, proteger o espírito, e as doenças na cidade, como o não sonhar, representam a fraqueza do espírito; "Temos que limpar o coração todos os dias. Tudo que é ruim (ódio, etc) o coração absorve e fica doente"; "Praticar diariamente a limpeza do coração para poder caminhar bem e enxergar as possibilidades"; "A natureza não trata, a natureza cura", pois não é dinheiro que nos dá vida, e o conhecimento não pode ser comprado, não pode ser vendido, conhecimento se aprende com respeito; e "Se amando não tem motivo para gastar tanto, consumir tanto".

Neste momento David dá uma dica para que todos possam fazer antes de dormir: colocar uma música indígena para se concentrar, se encontrar e se olhar, para então equilibrar as energias feminina e masculina dentro de si, se dar conselho para se amar e se proteger, afinal, o conselho da mãe é mais acolhedor, já o conselho do pai é mais rígido, mais firme. Assim, deve-se "ser boa mãe e bom pai para si mesmo". Caso isso aconteça, a minha criança estará bem, não mentirá ou fará birra, e saberá lidar, conviver com outras crianças. Diferentemente de Jair Bolsonaro, que para David abriga uma criança birrenta, imatura e inconsequente.

David continua dizendo que "não é fácil suportar os ensinamentos, as sabedorias", e que a juventude da atualidade tem muita dificuldade de se concentrar e buscar sabedoria, espiritualidade. Acredita que isso se deva aos obstáculos colocados pela internet, baladas, fotos tiradas demasiadamente e disputas. Estes obstáculos impedem a busca pela sabedoria, já que "para buscar conhecimento pelo caminho espiritual, exige disciplina", e disciplina implica em superar fraquezas através desta busca de "autoamor e autocuidado". David alerta que a sabedoria espiritual pode ser usada para o "bem" e para o "mal". Este caminho não pode ser o desejo de todos, mas que todos que o querem enfrentam alguma dificuldade decorrente de

algum vício. Para tanto, a busca por autoconhecimento deve ser cuidadosa para poder ressignificar os sentimentos.

Para David os jovens devem buscar compreender o que de fato é a disciplina, que é necessária na vida. Para compreender é preciso "ter força e lutar". Palavras de um ex-líder político do movimento indígena, que também diz: "Para ser guerreiro precisa se encontrar com o outro, seja ministro, seja juiz [...] para rezar precisa encontrar a si mesmo". E que ao reconhecer suas fraquezas e vencer os vícios decidiu lutar de uma outra forma, não mais na linha de frente: "Não adianta ir para a luta e ser derrotado com ele mesmo e com a família dele".

Já no final do encontro, os professores Huni Kuin Itsairu - professor e filho do pajé, que segundo eles é feiticeiro, conhecedor, sabe consultar para depois "feitiçar as doenças" - e Maná, que conheceram universidades em São Paulo, como a Universidade de São Paulo, além de algumas escolas democráticas, disseram que são estes os valores Huni Kuin: "Amor, Verdade e Justiça". Valores estes necessários para "ser homem de verdade, merecedor" e que transmitidos pelos ensinamentos na aldeia, além de livros de cura, como "*Una Shubu Hiwea* - Livro Escola Viva do povo Huni Kuin do Rio Jordão"[26] da Dantes Editora em parceria com o Itaú Cultural.

Um ouvinte perguntou o que uma etnia aprendeu com a outra durante o pouco tempo de convívio em São Paulo. Responderam que os Huni Kuin aprenderam com os Guaranis a construção manual das casas. No Acre precisam comprar o material, transportar para construir casas. A aldeia não pode ser acessada pela estrada, somente helicóptero ou barco. Já os Guaranis aprenderam a usar o chá de ayahuasca com os Huni Kuin, cujo ponto forte é a medicina. Inclusive os Huni Kuin produziram um livro sobre plantas medicinais.

Após estes encontros - fundamentais como forma de preparação para o trabalho de campo - e o processo de submissão/aprovação do estudo pelo Comitê de Ética e Pesquisa, iniciamos as visitas no Jaraguá, como mostra a tabela a seguir.

[26] *"Una Shubu Hiwea* – Livro Escola Viva do povo Huni Kuin do rio Jordão é o projeto dos pajés Huni Kuin de transmissão e fortalecimento de sua cultura. Seu coordenador é o pajé Dua Buse que vive na aldeia Coração da Floresta, próxima a fronteira com o Peru. É um projeto que envolve as 3 mil pessoas das 36 aldeias nos rios Jordão e Tarauacá e se estendeu ao conhecimento de todo povo das outras terras indígenas Huni Kuin do Acre, buscando alcançar aproximadamente 13 mil pessoas." Trecho retirado da página da Editora Dantes. Disponível em: <http://dantes.com.br/una-shubu-hiwea-livro-escola-viva/>. Acesso em: 26 nov. 2019.

Tabela 1: quadro produzido pela pesquisadora para organização das idas a campo (aldeia urbana Tekoá Pyau).

AS MULHERES TEKOÁ PYAU E O FEMINISMO INDÍGENA		
MÊS / ANO	**DIA**	**O QUE FIZEMOS**
Janeiro de 2020	04 - sábado	*Povos unidos jamais serão vencidos!* Chegada ao campo, primeiros contatos e impressões
	13 - segunda-feira	*El colonizador eres tu!* Conversa com as lideranças femininas
	18 - sábado	*"Bandeirante é o melhor amigo do indígena, né?"* (Ari) Conversa com Ari, ex-cacique, e primeiro contato com Kátia
	23 - quinta-feira	*"Acho que é só isso a minha história"* (Kátia) Encontro com Kátia, Guarani Nhandeva moradora de uma aldeia Guarani M'bya
	25 e 26 - sábado e domingo	Batismo das águas sagradas Ritual Guarani atravessado pelas lutas dos povos originários
Fevereiro de 2020	12 - quarta-feira	*Jaraguá é Guarani!* Primeiro contato com a Ocupação
	13 - quinta-feira	*Não mate a floresta! Índio não tem medo do Estado!* Conversas com as lideranças sobre a criação do Parque Ecológico
	15 - sábado	*"Eles disseram para não nos assustarmos com o barulho da motosserra"* (Richard) Conversas com as lideranças sobre a Ocupação e o abaixo-assinado

Aldeia Tekoá Pyau, 04 de janeiro de 2020

Povos unidos jamais serão vencidos!

Chegada ao campo, primeiros contatos e impressões

O primeiro contato com o campo foi marcado pelo inesperado. Fui até a aldeia Tekoá Pyau pensando que colaboraria com o almoço comunitário que é feito, segundo informações de colegas, todo primeiro sábado do mês, com parceria de ONGs. Mas o almoço não aconteceu neste sábado.

Foto 1: entrada da aldeia Tekoá Pyau. No muro: "Aguyjevete - a nossa luta" e "Povos unidos jamais serão vencidos". Arquivo pessoal.

Os muros que delimitam o território da Tekoá Pyau são repletos de arte que grita, convoca, sensibiliza e faz pensar. Logo na entrada da aldeia encontrei Viviane - estudante de Permacultura e voluntária pela ONG Pena Indígena - e sua sobrinha Bianca. Expliquei rapidamente o que pretendia fazer ali, e Viviane, quase que imediatamente, me acompanhou por diversos lugares dentro da aldeia, inclusive me apresentando para as pessoas. Fernanda, uma amiga de Viviane, juntou-se a nós, afinal, pretende também ser voluntária no território.

Na aldeia - construída sobre o chão de terra, com muitos relevos, sendo a maioria das casas feitas com pedaços de madeira, varais em sua maioria de arame farpado, alguns banheiros comunitários feitos de concreto, uma escola (CECI), uma casa de reza construída

com madeira e barro - encontramos muitos cachorros, que segundo Viviane, são abandonados perto dos muros da Tekoá Pyau, e as crianças os pegam. Eles são vacinados, castrados e os Guaranis recebem mensalmente uma determinada quantidade de ração para alimentá-los. Todos estes trabalhos são feitos pela Zoonose.

Chegamos em um espaço amplo, semelhante a uma pequena quadra esportiva coberta, onde fica a cozinha comunitária. Viviane disse que no mês anterior, em dezembro, ocorreu um evento, ali mesmo, em que as mulheres indígenas de todo o Brasil discutiram a "perda de tradições" nos dias atuais.

Andando pela aldeia, vimos muitas embalagens plásticas no chão que é de terra. Eram embalagens de alimentos doados muitas vezes por ONGs. Viviane criticou o trabalho pontual de organizações não governamentais, já que, para ela, não se preocupam com uma intervenção continuada e que possa, de fato, provocar transformações. Por exemplo, afirmou que os banheiros comunitários foram construídos por ONGs, assim como a instalação de caixas d'água, no entanto, não abastecem todas as casas. Por isso disse que busca desenvolver uma horta comunitária na aldeia.

Fomos até a casa do Sr. Ari, o antigo cacique da Tekoá Pyau. Ele e sua *"neta do coração"*, chamada Maíra, cuidam de uma horta ao lado da casa deles. Lá plantam pimenta, milho, mamão, ora-pro-nóbis - uma planta medicinal - que de acordo com eles é poderosíssima. Ari também começou uma pequena criação de codornas para poder consumir os ovos.

Uma casa simples, feita com partes de madeira e partes de concreto, com um quarto ainda em construção, sem luz; na cozinha um fogão antigo, uma mesa, uma pia com louças e talheres, armários para guardar os alimentos; e outro quarto repleto dos mais diversos objetos, além das camas, onde Ari e Maíra dormem.

Ari, um senhor de aproximadamente 65 anos, nos contou que nasceu em Santos, já fez muitas viagens floresta adentro, lutou pela demarcação das terras indígenas, sobretudo do litoral de São Paulo. Contou também que eles, os Guaranis, chegaram aos poucos onde estão hoje, já que são de territórios paraguaios.

O ex-cacique falou com muita força de uma aldeia chamada Rio Branco, localizada na Baixada Santista. Em conversa com Viviane, Ari disse que existem indígenas em São Vicente - os Tupinambá - que estão cada vez mais confinados em pedaços de terra cada vez menores, pois grande parte do território foi tomado pelas forças armadas brasileiras. Hoje, sem terem condições de plantar, muitos indígenas pedem ajuda, dinheiro e comida nas ruas da cidade.

Sr. Ari está ajudando Viviane a pensar em projetos para a aldeia, como por exemplo a construção de duas ocas, ali perto de sua casa, para funcionarem como espaço para oficinas de artesanato para crianças, feitas por ele, já que também é artesão.

Para ele, estar na cidade, assim como tudo na vida, tem *"lado bom e lado ruim"*. As vantagens envolvem o acesso às tecnologias, outras formas de construção de casa, como a utilização de pregos; porém, as crianças Tekoá Pyau, segundo ele, *"não sobrevivem no mato"*, não tem contato com este mundo. Sr. Ari acredita que isto sinaliza a perda do que é ser indígena. Para tanto, juntamente com a Viviane, está organizando uma viagem/passeio com as crianças para outra aldeia, a Rio Branco, afinal, os passeios das crianças, embora estudem em escolas da região, são os mesmos das escolas convencionais, ou seja, *"passeio de branco"*.

Maíra, uma adolescente de 16 anos, não está estudando por falta de uma escola que acolha suas demandas. Em relação a este assunto, Viviane também se propõe a pensar sobre a condição do indígena com algum tipo de deficiência. Inclusive disse que conseguiu uma cadeira de banho para uma criança que não andará.

Segundo a voluntária, no território da aldeia Itawera - próximo da Tekoá Pyau - há uma UBS (Unidade Básica de Saúde) que atende as populações das seis aldeias do Jaraguá, sendo que, dentre elas, a Tekoá Pyau é a que apresenta condições mais delicadas. Viviane também disse que a liderança da Tekoá Pyau era nova, além disso, que há um grupo de líderes. Fomos em busca deste grupo de lideranças, até que encontramos Patrícia, a cacique da Tekoá Pyau, e Maria, a liderança da Itawera, juntas com mais outras mulheres.

Um grupo de mulheres em volta de uma fogueira, estavam conversando em guarani, fumavam cachimbo e bebiam chimarrão. Alguns cachorros por perto, algumas crianças. O dia estava quente, e havia muita fumaça vinda dos grandes cachimbos, era fumo de corda, então de tempos em tempos elas cuspiam no chão. Viviane me apresentou para essas mulheres, em seguida também me apresentei. Fui convidada para entrar no espaço, me sentar entre elas. Logo Patrícia saiu, mas Maria permaneceu e falou preciosidades!

Maria, uma mulher de 54 anos, indígena, liderança da Itawera, estava fumando ao lado da fogueira. Disse que atualmente *"tudo é motivo para ir até a UBS"*, quando existem plantas medicinais capazes de curar. Contou também que as mulheres da aldeia do Jaraguá, incluindo ela, perceberam que os homens não estavam conseguindo lutar pelas terras indígenas. Então, decidiram que também fariam parte da luta. Houve, no início, resistência por parte deles, que acreditavam que as mulheres iriam rivalizar, quando na verdade queriam somar. Hoje elas são linha de frente nas lutas indígenas, inclusive formaram um grande grupo de mulheres

indígenas de todo o Brasil e refugiadas para lutar em defesa dos direitos das mulheres e dos indígenas.

De acordo com Maria, há dois assuntos que ela sempre está na luta: mulheres e indígenas. Disse que há diversos vídeos seus na Internet discutindo com políticos que tentam tomar as terras e violar direitos dos indígenas; ou que dizem terem feito intervenções nas aldeias, quando na verdade não chegaram a entrar nos territórios. Maria disse que, em uma reunião, perguntou ao atual prefeito Bruno Covas: *"O que mais vocês querem de nós?"*, afinal, tudo lhes foi roubado desde a invasão dos colonizadores. Complementando esta fala, disse que estavam pensando em tomar alguma atitude em relação ao terreno que uma construtora comprou próximo as aldeias, e que já havia desmatado grande parte para a construção de um condomínio residencial.

Foto 2: placa da construtora em frente ao terreno onde será construído um condomínio residencial, localizado na mesma rua da aldeia Tekoá Pyau. Arquivo pessoal.

A liderança da Itawera disse que os homens indígenas sempre estão presentes nessas reuniões, mas somente as mulheres falam. E quando há reunião das mulheres em sua aldeia, todas elas participam, enquanto os homens cozinham e fazem as demais tarefas domésticas. Afirmou que sempre leva demandas das seis aldeias do Jaraguá, ou seja, que assim como as outras lideranças femininas, lutam de maneira articulada em benefício de todo o território Guarani.

Outro ponto importante de existirem lideranças femininas, para Maria, é que as mulheres lidam melhor com os casos de violência contra a mulher. Disse que medidas não

eram tomadas quando os homens lideravam, já que o agressor, muitas vezes, era um parente, um amigo das lideranças. Hoje, com mulheres também liderando, elas determinam que o agressor deve deixar a aldeia em algumas horas.

Depois de uma conversa intensa e inspiradora com Maria, marcada por olhos ardendo por conta da fumaça, tanto da fogueira quanto dos cachimbos, deixei a carta de apresentação do presente trabalho com a Patrícia, e anotei os números de telefone das lideranças.

Na volta, já no ônibus, conversei com Ariane, uma jovem de 24 anos, descendente de indígenas, que têm frequentado a aldeia escondido da família. Disse que está buscando saber suas origens, as etnias que estão presentes em seu sangue, mas ninguém lhe diz. Acredita que seus avós, tanto maternos quanto paternos, foram expulsos das aldeias após *"se misturarem com brancos"*.

Inquieta, curiosa, buscando a própria história, Ariane disse que talvez as pessoas da aldeia demorem um certo tempo para confiarem em mim, porque além de ser uma estranha ali, sou branca. Neste momento foi possível entender todo o receio presente nos cumprimentos, nas conversas rápidas, inclusive na saída da cacique no momento em que cheguei. De qualquer forma, espero que possamos firmar uma parceria para a luta.

Aldeia Tekoá Pyau, 13 de janeiro de 2020

***El colonizador eres tu!*[27]**

Conversa com as lideranças femininas

Troquei mensagens com Patrícia, a liderança da aldeia Tekoá Pyau, e marcamos uma conversa na segunda-feira, às 14h00. Chegando na aldeia perguntei para as pessoas onde poderia encontrá-la, até que fui para o mesmo lugar do encontro passado, onde as mulheres estavam em volta de uma fogueira. Assim como na vez anterior, havia cachorros e uma fogueira, sobre ela uma grade de ferro que sustentava uma jarra de alumínio, onde estavam esquentando a água para o chimarrão. Duas mulheres estavam fumando cachimbo com fumo de corda e tomando chimarrão, em que se coloca erva mate. Havia também uma criança, um menino que era filho de uma dessas mulheres, que inclusive estava grávida. As mulheres estavam conversando, entre elas e com outra criança que passou por ali, em guarani, até que a

[27] Sugestão de Cris Andrada, em reunião de supervisão. A fala é inspirada na música-protesto criada por feministas chilenas, cujo nome é "El estuprador eres tu" ("O estuprador é você"), que percorreu o mundo, nos meses de novembro e dezembro de 2019, denunciando a violência contra a mulher. Para mais informações sugerimos a leitura do texto presente no site da Carta Capital publicado no dia 01 de dezembro de 2019: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/o-estuprador-e-voce-musica-feminista-contra-violencia-percorre-o-mundo/>

mulher grávida disse que Patrícia tinha acabado de sair do banho, estava se arrumando e logo viria até nós.

As mulheres continuaram conversando, palavras intercaladas com risadas. Não entendia absolutamente nada, mas admirava aqueles fonemas que não tenho ideia de como alguém consegue pronunciar de tão diferentes e aparentemente complexos. Uma das mulheres saiu, e somente a mulher grávida continuou ali. Até que começou a conversar comigo em português. Perguntou meu nome e o que estava fazendo ali. Respondi e perguntei quem era ela. A mulher grávida é Laura, irmã de Patrícia. Ela me ofereceu o chimarrão, nunca tinha provado.

Foto 3: muro da aldeia Tekoá Pyau. No muro: "Guarani". Arquivo pessoal.

Laura também já foi uma liderança, e atualmente mora em uma aldeia em Santa Catarina com o esposo e dois filhos. Fez os dois partos em um hospital de sua cidade, mas não queria que essa situação se repetisse no próximo parto, afinal, o médico visita a aldeia a cada três meses, o que complica o pré-natal. Por exemplo, quando conseguia levar os exames até uma unidade de saúde, perguntavam porque havia demorado tanto para fazer o ultrassom, sendo que não dependia dela. Desta vez vai fazer o parto em uma aldeia em Sorocaba, onde moram suas tias, mãe e avó, mulheres parteiras. Laura disse que ainda não é parteira, mas já viu um parto, e quer ter seu filho *"do jeito que deve ser um parto mesmo"*; acredito que esse jeito inclua cuidado, respeito, atravessado por saberes femininos e marcado pela potência da presença de mulheres da própria família.

A jovem está hospedada na casa da irmã porque fez um ultrassom na UBS e está esperando o resultado. Quando este ficar pronto, vai para Sorocaba ter seu bebê. Seu outro filho, um menino de aproximadamente 2 anos, estava perto de nós, falava algumas palavras em Guarani, brincava com um carrinho de plástico e mexia no celular de Laura. Até que ele me mostrou alguns vídeos que estavam no celular, os vídeos eram de danças contemporâneas e de rituais, provavelmente feitos ali na aldeia.

Para Laura é complicado ser uma mulher e ser uma liderança, já que têm filhos, então, há um acúmulo de tarefas enquanto liderança, mãe e trabalhadora. Laura disse que sempre relembra Patrícia de que a cacique é uma guerreira, assim como ela, ou seja, são todas guerreiras. Essas mulheres se entendem, se identificam e são guerreiras, uma vez que cuidam das famílias, dos filhos e trabalham. No caso de Laura, monitora/professora no CECI, e Patrícia é a atual coordenadora pedagógica e cultural da mesma escola. Inclusive neste dia as crianças estavam visitando uma aldeia em Parelheiros.

Ainda segundo a jovem, o acúmulo de funções desgasta, além de algumas dificuldades de convivência com não indígenas (juruás), pois há diversos casos de preconceito, discriminação. Laura contou sobre um episódio em que estava na rodoviária, chegou um homem não indígena e ficou olhando para ela de uma maneira que se sentiu fortemente desconfortável, até que ele perguntou: *"De qual país você veio?"*. Ela, irritada com a situação, respondeu reformulando para quem deveria ter sido feita a pergunta: *"Eu sou brasileira! De qual país VOCÊ veio?"*, continuou dizendo para o homem que ele era o invasor, e não tinha sentido algum perguntar para ela de onde vinha, já que quem invadiu esse território que hoje chamamos de Brasil, foram os brancos.

Foto 4: muro da aldeia Tekoá Pyau. No muro: *"Ha'evete ma nde e reipota ve ju ja jekuati jee!"*. Arquivo pessoal.

Laura disse que situações como essa acontecem muitas vezes. Perguntei sobre boatos de que os indígenas do Jaraguá não conseguem frequentar diversos lugares das redondezas pelo fato de serem indígenas, e ela confirmou esses boatos, simplesmente são impedidos de entrar nos espaços. É um absurdo atrás de outro!

Patrícia chegou e concordou com Laura sobre essa última parte da conversa. A cacique disse que além dela, há um vice cacique e outras lideranças jovens, porque na sua gestão quer focar nos jovens e nas crianças. Patrícia e Laura disseram que há na aldeia alguns *"homens machistas"* que questionam a capacidade de mulheres serem as lideranças, de serem as caciques, por acreditarem que mulheres não têm sabedoria suficiente e necessária para assumir tais posições. Também disseram que esses homens são minoria, então elas ignoram e continuam fazendo os seus trabalhos.

De acordo com Patrícia, a nomenclatura *"cacique"* foi dada pelos juruás para se referirem às lideranças, mas que na verdade a liderança corresponde aos líderes espirituais. Foram os líderes espirituais, por exemplo, que permitiram que Patrícia fosse a liderança da Tekoá Pyau. A guerreira afirmou que é preciso ter apoio desses líderes espirituais, ao mesmo tempo que é necessário *"ter fé que tudo vai dar certo"* e *"força de vontade"*, afinal, não basta apenas acreditar e não tomar nenhuma atitude para que algo aconteça. Portanto, é preciso ter o

suporte dos líderes espirituais, mantendo-se sempre conectada com eles, com a própria fé, com a religião, e trabalhar para conseguir *"fazer coisas boas"* pela comunidade. Uma forma de Patrícia manter esta conexão é frequentando a casa de reza, feita de barro e madeira, com o chão de terra, alguns bancos de madeira, um sofá já meio gasto, e um local para acender o fogo. Na casa de reza é o espaço onde sempre é possível revisitar a si mesma, limpar-se, é um compromisso que tem enquanto liderança.

Um jovem chamado Richard, de aproximadamente 17 anos, juntou-se a nós. Ele faz parte do grupo de lideranças jovens. Começou a fumar cachimbo e também compartilhar o chimarrão. Patrícia continuou a conversa dizendo que ser liderança é um trabalho difícil, ainda mais porque é mãe de três crianças, que moram com os avós em Sorocaba, e estão passando as férias com ela. Os filhos não moram com ela devido a sua vida turbulenta, com diversas ações que devem ser discutidas, planejadas, organizadas e feitas.

Dentre essas ações está o Batismo das Águas Sagradas, um ritual que iria acontecer nos dias 25 e 26 de janeiro, para o qual fui convidada. Laura explicou que em janeiro há a entrada no Ano Velho, e em agosto há a entrada no Ano Novo. Assim, em janeiro acontece o Batismo das Águas Sagradas, e em agosto o Batismo da Erva-Mate. Esses rituais ocorrem em todas aldeias Guaranis. Laura, Patrícia e Richard me disseram o que fazer para participar: levar fumo de corda, erva-mate e algum alimento (frango, café, trigo) para fazer no almoço coletivo, pois seria o dia inteiro repleto de atividades, como pintura corporal, para somente no período da noite acontecer propriamente o ritual. Para o batismo eu deveria usar um vestido ou saia longa e chinelos.

Patrícia, mostrando preocupação com o horário que terminaria o ritual, disse que eu poderia dormir em sua casa. Foi um gesto muito cuidadoso. Em seguida me mostrou fotos da casa de reza do ritual do ano anterior. Na foto havia círculos de madeira, um sobre o outro, mas com certa distância, e neles havia fogo.

Enquanto conversávamos sobre o ritual, Richard avisou Patrícia que ela havia recebido, no celular, mensagens de uma repórter, de uma emissora de televisão, pedindo para falar sobre o aniversário da cidade de São Paulo lá na aldeia. Patrícia pediu para que Richard respondesse a repórter convidando-a para o ritual que aconteceria no dia do aniversário da cidade. Disse para nós que, se fizessem uma reportagem lá, seria uma oportunidade para falar da aldeia, não de São Paulo.

Laura também levantou uma questão muito importante em relação às embalagens plásticas espalhadas pelo chão da aldeia, disse que esses lixos todos não são dos indígenas, as doações que recebem, sobretudo de alimentos, já vem com esse lixo e as pessoas da aldeia

não sabem como lidar, uma vez que não faz parte da vida delas. Nesse momento percebi um cuidado na tentativa de não "perder a tradição", tema sempre comentado pelos Guaranis, que na Tekoá Pyau é eficiente por conta da língua, isto é, todos falam guarani.

Patrícia permitiu que eu frequentasse a aldeia para assim irmos nos conhecendo, também disse que eu sempre serei bem-vinda. Este foi o acolhimento da primeira cacique mulher da Tekoá Pyau, que sempre está encorajando e sendo encorajada por outras mulheres, indo contra qualquer pensamento de que não teriam habilidade, sabedoria ou capacidade para serem lideranças. Isso é resistência! Isso é luta! E essa luta é feita também por mulheres indígenas.

Aldeia Tekoá Pyau, 18 de janeiro de 2020

***"Bandeirante é o melhor amigo do indígena, né?"* (Ari)**

Conversa com Ari, ex-cacique, e primeiro contato com Kátia

Mc Wera - Retomada de Terra[28]

"Os dias são de luta, as noites de rezas, os anos são de luta
A ponta da flecha aponta para o Congresso Nacional

Vamos acordar! Estamos acabando. Vamos acordar!
Nosso deus tupã nos desceu nessa terra pra gente cuidar bem
Na encruzilhada vocês viram nada mais, aí me conta o que você viu, o que sentiu?
No começo dessa história o branco Pedro Álvares Cabral veio com arma matando homens, mulheres e crianças, roubando nossa terra, destruindo nossa mata, e trouxe a doença mortal tuberculose, eu lamento, eu lamento quantos guerreiros morreram tentando defender nossa cultura

Agora meu povo se encontra um pouco melhor na aldeia Aldeia Pyau
Pico do Jaraguá, pode pá, que lá é nossa quebrada, de lá ninguém vai nos tirar
Vamos ser felizes e fortes, vejo tudo o que passamos aqui na nossa aldeia e por isso que eu peço a nosso pai olhar o índio anda na minha aldeia
Na encruzilhada vocês não viram nada, mas aí me conta o que viu, o que sentiu

[28] Música e letra disponíveis no YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=lczH-Uykz94> cujo nome do vídeo é "MC WERA - Retomada de Terra". Acesso em: 17 abr. 2020.

Em mil e quinhentos chegou o tal de Cabral no Brasil, 22 de abril, já havia donos dessas terras, 3 milhões de índios divididos em mil e quatrocentos
As tribos ele escravizou porque era preguiçoso, matou por ser um monstro louco e ganancioso, desmatou pela sua burrice, explorou todos cantos do país atrás de ouro
Enriqueceu, depois correu, deixou pra trás tristeza revolta e dor...mal olhar é que não falta em reposta ao marco temporal que chegou depois de mil e quinhentos igual ao Cabral deverá deixar o país e voltar pra Portugal. Vaza, essa é minha terra.

Na encruzilhada vocês não viram nada, mas aí me diga o que viu, o que sentiu
Mentira, só nós indígenas sabemos o que Pedro Álvares fez com nossa história, você não!
Aldeia Pyau é nossa casa, o homem branco trouxe doenças mortais, vi muitos morrerem. Na minha Aldeia Pyau."

Mc Wera é um jovem da Tekoá Pyau, rapper, e entre suas músicas está "Retomada de Terra", um rap em Guarani e em português. A música, assim como a letra nos dois idiomas, estão disponíveis no YouTube. E foi esse MC que encontrei no dia 18 de janeiro, passando pela aldeia, enquanto Viviane e eu íamos visitar Sr. Ari em sua casa. Foi uma conversa rápida, dando tempo somente para dizer que iria lançar mais treze músicas novas.

Neste dia Viviane havia combinado de encontrar seis pessoas, três mulheres e três homens, de uma casa xamânica, pois estes levariam doações para a aldeia. Dentre os produtos que doaram, havia sabonetes, pastas de dente, absorventes, desodorantes, brinquedos, roupas, sapatos e chinelos (muito usados na aldeia). Os produtos foram levados em dois carros, que com o auxílio de Viviane estacionaram em frente à casa de Sr. Ari, pois o ex-cacique ficou como responsável por distribuir as doações de acordo com a necessidade de cada família.

O grupo de pessoas da casa xamânica conversou com Ari, que lhes contou ter participado do processo de reconhecimento e demarcação do território da Tekoá Pyau, porém esta terra ainda não é legalizada, ou seja, ainda está em processo, um longo processo. O ex-cacique também contou que sua família veio da fronteira com o Paraguai e chegou ali - no território do Jaraguá - em 1964, antes mesmo de haver a divisão das seis aldeias. As terras eram tomadas por eucalipto, assim, foi necessário retirar todas essas árvores para então poderem habitar.

Atualmente a Tekoá Pyau é delimitada por duas rodovias, uma delas é a Rodovia dos Bandeirantes. Sobre isso Ari disse apontando para a mesma: *"O Bandeirante é o melhor amigo do indígena, né?"*. Ainda nesse dia, havia homens, de uma determinada igreja, reconstruindo a casa do ex-cacique. Segundo Viviane, todas as manhãs de sábado membros desta igreja fazem um culto na casa de Ari, e em seguida reformam a casa. O chão estava deixando de ser de terra e passando a ser de concreto, assim como algumas paredes tiveram suas madeiras trocadas por outras mais resistentes.

Ari também disse para os visitantes sobre seu desejo de construir duas ou três ocas tradicionais em seu quintal para desenvolver oficinas de artesanato com as crianças da aldeia. Além disso, afirmou que um fator complicador é a falta de matéria-prima, uma vez que precisa retirar tais materiais da natureza, e não tem condições de fazer isso, já que necessitaria passar alguns dias dentro da floresta. Também se queixou sobre as oficinas de artesanatos oferecidas na UBS, alegando que lá as mulheres não fazem arte, fazem bijuteria. Essa fala foi acompanhada com o ex-cacique mostrando o que faz: arco e flecha, martelinhos, pequenas canoas, todos de madeira e envoltos por formas geométricas feitas com folhas secas. Eram artes lindíssimas!

No quintal de Ari há algumas árvores. Maíra, a sua *"neta de coração"*, me levou até uma dessas árvores. Era grande, tronco largo, com folhas da cor verde escuro e sem frutos. Então arrancou uma folha, cheirou e aproximou do meu rosto para que eu também pudesse sentir o cheiro. Disse: *"É pitangueira!"*. Realmente, o aroma da folha era de pitanga, embora ainda não houvesse nenhuma fruta na árvore.

Em seguida, Viviane e eu fomos comer pastel em uma vendinha atrás da casa do Sr. Ari. A vendinha é continuação da casa de Kátia, a nora do ex-cacique, que mora com o esposo e dois filhos, uma menina de aproximadamente 8 anos, e um menino de 7 ou 8 meses. Lá havia um balcão com prateleiras de vidro, através do qual era possível ver balas, chicletes, chocolates e salgadinhos; no chão diversos fardos de refrigerante; uma geladeira antiga cuja porta tinha uma linha presa para que quando fosse fechada, essa linha fosse amarrada no gancho da parede impedindo que a porta abrisse; além de um botijão de gás, apenas uma boca do fogão, sobre a qual havia um tacho com óleo, onde Kátia frita os pastéis.

Foto 5: muro da aldeia Tekoá Pyau. Arquivo pessoal.

Comi o pastel de bauru, estava ótimo! Kátia cortou o queijo e o presunto na hora, logo fritou e colocou o pastel na embalagem de papel. Cinco reais. O preço é justo para um pastel daquele tamanho. Durante todo esse processo começamos a conversar. Kátia nasceu no Mato Grosso do Sul, e seu esposo é caiçara. Eles haviam acabado de voltar de viagem, estavam no litoral de São Paulo. Kátia contou que levaram uma multa, pois o bebê estava em seu colo no banco de trás do carro, já que não sabia que ele precisaria estar em uma cadeirinha de bebê.

Viviane me apresentou para Kátia, contou rapidamente sobre o trabalho e sugeriu que eu conversasse com ela. Logo também me apresentei e perguntei se poderíamos conversar algum dia ali mesmo em sua casa ou na vendinha. Kátia sorriu e aceitou a proposta, então marcamos o dia e o horário da nossa conversa.

Aldeia Tekoá Pyau, 23 de janeiro de 2020

***"Acho que é só isso a minha história"* (Kátia)**

Encontro com Kátia, Guarani Nhandeva moradora de uma aldeia Guarani M'bya

Na tarde do dia 23 de janeiro, uma quinta-feira, Kátia e eu combinamos de conversar. Já na porta da casa dela, chamei pelo seu nome. A vendinha, logo ao lado, estava fechada.

Kátia abriu a porta e me convidou para entrar. Ficamos na cozinha, o primeiro cômodo da casa, que também possui dois tanques, sendo um de concreto e outro elétrico, onde lava as roupas. O cômodo seguinte parecia ser o quarto e a sala juntos, pois era possível ouvir a televisão ligada, e Kátia havia dito que seu esposo estava cuidando do bebê enquanto o mesmo dormia. Camila, de 7 anos, também estava vendo televisão. Reconheci as vozes das personagens do desenho e perguntei para a menina se era a animação que havia pensado, ela disse: *"É sim, é Patrulha Canina"*.

Sentei em um banco na cozinha, ao lado do fogão onde Kátia estava cozinhando uma sopa. Ela ficou sentada em um banco bem próximo, e logo pegou seu filho no colo para amamentar. Assim se deu a conversa, a história de sua vida contada ao mesmo tempo em que amamentava seu bebê, cuidava de Camila, olhava a sopa, e depois servia ameixa para João Miguel, com o intuito de aliviar o incômodo dos dentes que estavam nascendo. O bebê, de 7 meses, deixava as gengivas sobre a ameixa, como se a fruta gelada estivesse amenizando o calor provocado pelos "rasgos" dos dentes de leite.

Falei novamente sobre o presente trabalho a partir da Carta de Apresentação, dando ênfase aos pontos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que garantiam a interrupção, a qualquer momento, de nossa conversa, assim como o sigilo e cuidado com as informações. Kátia disse preferir que eu escrevesse ao invés de gravar nossa conversa, e desta forma foi feito.

Kátia é uma mulher de 30 anos, não tem nome Guarani M'bya, já que é Guarani Nhandeva: *"Eu não sou daqui. Eu vim de Mato Grosso do Sul. Já vai fazer oito anos que estou morando aqui"*. Disse que veio para estudar o Ensino Médio junto com uma de suas irmãs. Fez os três anos em um colégio de Pirituba, onde conheceu seu esposo, Márcio, que estudava na mesma sala: *"Acabei casando, né, com ele, e estou aqui até hoje. Acho que é só isso a minha história"*. Mas nossa conversa não parou aí.

Foto 6: muro da aldeia Tekoá Pyau. Arquivo pessoal.

Perguntei sobre a aldeia onde Kátia nasceu, e ela disse que é a Aldeia Porto Lindo, na cidade de Japorã, onde mora a família da jovem, isto é, pai, mãe e irmãs. Já os visitou diversas vezes depois que se mudou para a Tekoá Pyau, inclusive passou o Natal lá. E eles também já vieram para cá. Disse que também tem família em Ubatuba, e uma de suas sobrinhas, no ano de 2015, faleceu aos dois anos de idade, e ninguém sabe o motivo, apenas ficou doente de repente.

Contou que em determinada época também ficou muito doente, e seu pai veio para São Paulo ajudá-la. Foram ao hospital e ninguém descobriu o que tinha. Então sua mãe veio e a curou com banhos medicinais feitos com alguma "erva do mato" que não lembra o nome. Kátia afirmou que sentia o corpo todo *"travado"*, e os remédios que retirava na unidade de saúde não melhoravam a situação, apenas com os banhos preparados por sua mãe é que deixou de sentir as dores no corpo, que nunca mais voltaram.

Perguntei sobre seu trabalho, e como chamava o espaço, Kátia disse que chama de *"botequinho"*. Ela e o marido começaram o botequinho no ano de 2013. No primeiro momento, vendiam *"gelinho natural"* por R$0,25. Tempos depois seu marido ficou desempregado: *"passei aperto, tinha engravidado"*, então tiveram a ideia de vender pastel, afinal de contas, o benefício do Bolsa Família, na época R$100,00, não era suficiente.

No entanto, conseguiram comprar massa de pastel e carne. Kátia disse: *"não sabia fazer essas coisas, eu vim do mato, mato não sabe nada. Ficava só olhando"* o marido.

No primeiro dia de venda dos pastéis, colocaram, na entrada da aldeia, *"uma placa avisando que tinha pastel por R$1,50. À noite já chegou gente. No outro dia já veio um monte. Já teve que sair pra comprar mais massa"*. Com o aumento do movimento, disse que *"criou coragem"*, e *"fiquei olhando e vendo como faz, e agora estou fazendo. Aí não passei mais aperto"*.

Atualmente, seu marido trabalha como professor do CECI, e Kátia cuida dos filhos, da casa e do botequinho. No dia da nossa conversa seu companheiro também estava lá: *"ele está de férias, aí ele atende"*, enquanto amamentava o bebê continuou: *"por causa dele não consigo atender, fica no colo, fica doentinho"*, explicou que se está sozinha em casa não consegue atender os clientes, *"não consigo fazer nada, só cuidando dele"*.

O bebê, que está prestes a engatinhar, havia ficado doente há poucos dias, perguntei como ela estava, Kátia responder: *"ixi, difícil...você fica cansada, a noite você quer dormir. Se fica saudável (se referindo ao filho) e não sente nada, é gostoso. Se fica doente, só quer colo. Dorme bem quando está bem".* O menino começou a chorar.

Kátia afirmou que não sai da aldeia e não costuma andar pela Tekoá Pyau. Na aldeia em que nasceu e morava, no Mato Grosso do Sul, *"tinha muito espaço, muito parente pra visitar. Aqui acostumei a ficar dentro de casa. Antes achava ruim"*. Completou dizendo que no final do ano costuma visitar seus parentes. Diversas vezes ouvi a palavra *"parentes"* na aldeia, até que Viviane me contou que os Guaranis chamam uns aos outros de parentes.

Ainda na casa de Kátia, a jovem contou que se relaciona bem com as pessoas da Tekoá Pyau, embora às vezes seja chamada de *"paraguaia"*, porque, diferentemente dos Guaranis desta aldeia que são Guarani M'bya, ela é Guarani Nhandeva. Disse que logo que se mudou, muitas pessoas riam quando ela falava, pois os idiomas são diferentes. Mas nos dias de hoje consegue entender e falar um pouco. *"É difícil falar na língua deles, e eles acham difícil falar na minha língua também. Alguns falam que sou Kaiaú - indígenas do Mato Grosso, mais altos e mais fortes - mas sou Nhandeva, que são mais baixos"*.

Devido a pequena distância entre as casas na Tekoá Pyau, Kátia afirmou que *"não tem espaço para sair, para plantar, criar galinha, animais. Isso é difícil pra mim. Não tem espaço dentro da aldeia porque é na cidade"*. Quando perguntei de possíveis episódios de discriminação, Kátia disse que não sofreu nenhum dentro da aldeia, mas dentro de um ônibus. Ela e o marido estavam sentados no banco do ônibus que ia em direção ao centro da cidade de São Paulo, e havia um lugar vago ao lado de Kátia, até que uma mulher disse: *"não quero me*

sentar do lado de índia não!", a jovem continuou: *"nem sentou, foi de pé"*. Fiquei sem reação diante de uma única frase que expressa/carrega tanta barbárie. Perguntei como ela havia se sentido, respondeu: *"me senti mal, né? Mas todo mundo passa por isso, por causa que a gente é indígena, aí alguns têm preconceito porque é indígena"*. Outra frase dolorida que sinaliza a frequência de episódios como este.

Também perguntei se havia vivenciado algum episódio/dificuldade por ser mulher e se achava que não aconteceria se fosse um homem, a resposta foi quase imediata: *"acho que sim"*, mas depois completou *"se eu fosse homem também passaria"*, e *"no Mato Grosso do Sul seria diferente"*.

Kátia contou que veio para São Paulo ainda solteira, porém não sabe se também se casaria caso continuasse na sua antiga cidade, no entanto de uma coisa está certa: *"estaria estudando faculdade"*, já que lá há uma faculdade indígena onde gostaria de cursar Pedagogia, assim como sua irmã. Perguntei se ela poderia fazer o mesmo: *"aqui (São Paulo) dá, mas fica muito longe, bem longe"*.

A jovem disse que tem medo de sair na cidade, pois em determinada noite, quando caminhava até a escola, um homem desceu do carro e *"mostrou o negócio"*. Kátia correu o mais rápido que pôde e disse: *"por isso não tenho coragem de fazer faculdade fora"*. Uma de suas primas passou por uma situação semelhante em que um homem também a assediou mostrando suas genitálias.

Kátia casou-se durante o Ensino Médio, *"se não tivesse casado não teria terminado a escola, já estava com medo pedindo passagem pra voltar pro Mato Grosso do Sul"*. Já casada, passou a sair de casa apenas acompanhada por seu marido *"sozinha não saio não"*. Além disso, fica com medo também em relação a sua filha, pois escuta sobre *"muitos casos de pedofilia na aldeia. A antiga liderança não ligava [...] o coração fica acelerado se ela (Camila, sua filha) sai"*, afirmou que muitas vezes proíbe a filha de brincar longe de casa, embora ainda seja dentro da aldeia. Demonstrou preocupação também com o bebê que está crescendo e logo poderá andar pela aldeia.

Disse que os casos de pedofilia, pelo menos as informações que chegam até ela, são crimes cometidos pelos pais, padrastos, e *"as crianças não contam, ficam agitadas, bravas"*. Kátia relaciona estes fatos com a menarca, afinal, vê meninas de 9, 10 anos já menstruando, enquanto *"no mato"* ela menstruou com 15 anos, e suas irmãs entre 13 e 14 anos, continuou *"9, 10 anos não é normal [...] lá (no mato) ninguém mexe. Se mexer a liderança reage, leva pra cadeia e não solta mais"*.

Kátia falou sobre o parto do caçula, que aconteceu no hospital, assim como ela desejava, já que no hospital *"melhora mais rápido, em casa demora mais, fica fraca, demora mais"*. O bebê tem apenas 7 meses e ela disse que se recuperou muito bem e de maneira rápida: *"aqui demora, toma erva. No hospital já sabe tudo [...] eu que não tenho parente (caso demore para se recuperar) quem vai cuidar de mim?"*

Já no final de nossa conversa, Kátia mostrou um colar que estava fazendo - lindíssimo - segundo ela, está confeccionando *"bem devagar"* com sementes de árvore, e caso alguém queria comprar, ela vende. Não comprei o colar, mas comprei o pastel de queijo, que aliás estava ótimo, como sempre! E ainda rendeu mais um tempo de conversa marcada por risadas e perguntas que Kátia fez para mim.

Aldeia Tekoá Pyau, 25 e 26 de janeiro de 2020
Batismo das águas sagradas
Ritual Guarani atravessado pelas lutas dos povos originários

Como o combinado com as lideranças, participei do ritual chamado Batismo das águas sagradas, que marca o início do Ano Velho Guarani. Então, logo pela manhã do dia 25 de janeiro, comprei frango para ser feito no almoço coletivo, além de erva-mate e fumo de corda, que seriam utilizados durante o ritual. Levei uma mala com o vestido longo e chinelos - a roupa para participar do batismo - além de lençol e cobertor para dormir na casa da cacique.

A caminhada da estação de trem Vila Clarice - linha 7 rubi - até a aldeia nunca pareceu tão longa, os quinze minutos pareceram intermináveis com aquela mala pesada nas mãos. Mas, como o caminho estava mais lento, pela primeira vez percebi que chegando na Tekoá Pyau o ar é mais fresco, mais gelado, o céu mais claro, o vento mais forte, o sol que antes me queimava parecia não incomodar tanto, e a aldeia tem um cheiro muito especial, que vai se acentuando até de fato passar pelos muros que a delimitam, o cheiro é uma mistura da fumaça dos cachimbos, com a erva-mate do chimarrão, com a fumaça das fogueiras que esquentam a água, e claro, cheiro de terra úmida.

Cheguei à aldeia ainda no período da manhã. Encontrei com as lideranças, entreguei o frango, o fumo de corda e a erva-mate, então deixei minha mala na casa de Patrícia. Falaram que eu poderia ficar a vontade, que ainda teria o almoço coletivo, confecção de velas para o ritual, pintura corporal, recepção do pajé, para a noite acontecer o batismo.

Foto 7: vela utilizada no ritual de Batismo das águas sagradas. Arquivo pessoal.

O primeiro momento foi marcado pela confecção das velas. Já na casa de reza as pessoas estavam reunidas fazendo as próprias velas: um barbante envolto por uma placa de cera de abelha. Laura, a irmã de Patrícia, me mostrou como se fazia, e com os dedos firmes e ao mesmo tempo cuidadosos, envolvia o barbante enquanto enrolava-o na cera, apertando suavemente para que o barbante ficasse preso à placa. Também disse que aquela vela é nosso corpo, nosso espírito, e será acesa pelo pajé para saber, a partir dos líderes espirituais, se estamos bem.

Foto 8: estrutura - feita com galhos, velas e penas - utilizada no ritual de Batismo das águas sagradas. Arquivo pessoal.

Em seguida coloquei minha vela na estrutura - feita com galhos e penas amarelas - que estava quase que no centro da casa de reza. Laura disse que o círculo mais alto é para as velas dos homens, o do meio para as mulheres, e o terceiro para as crianças. A jovem me ajudou a colocar a vela no segundo círculo, era preciso apenas pressionar levemente a vela contra a madeira. E assim outras pessoas também estavam colocando as próprias velas e de familiares.

Quando todas as velas já estavam colocadas, o ambiente foi organizado: os bancos de madeira foram colocados nas laterais da casa de reza - quase que um contorno - havia um sofá já gasto ao fundo, além de uma rede de algodão. Ao lado deste espaço onde iria acontecer o ritual, havia um outro espaço separado por uma pequena parede, onde colocaram um colchão para o pajé descansar e outros colchões para outras pessoas poderem descansar durante o batismo. Depois varreram e com uma mangueira jogaram água em todo o chão de terra. Perto do sofá havia uma fogueira, que foi usada para cozinhar o frango que levei que seria servido ao pajé.

Entre conversas em Guarani, Laura e Patrícia se aproximavam de mim e contavam um pouco sobre a vida delas, sobre as lutas, o significado daquele ritual. Patrícia disse que o pajé que viria para o batismo era José Fernandes, seu avô, o único pajé ainda vivo de sua geração, e que por isso é muito respeitado pelos Guaranis e chamado para iniciar o ano velho durante todo o mês de janeiro em diversas aldeias guaranis.

Um bebê chegou no colo de seu pai, a cacique o pegou cuidadosamente, com uma delicadeza que ao mesmo tempo transbordava afeto, e ela continuou a conversa. Os filhos de Patrícia vivem em uma aldeia em Sorocaba com os seus pais, pois, segundo ela, eles decidiram ficar por lá - há mais área verde dentro da aldeia - e ela sempre está envolvida nas lutas por causas indígenas, sempre muito atarefada. A cacique contou que todo ano, no mês de abril, há uma grande manifestação, em Brasília, que reúne todas as etnias indígenas brasileiras, e que ela já foi algumas vezes, inclusive pretende ir neste ano. Lá, as pessoas trocam as artes que produzem na aldeia onde moram, fazem contatos, articulam o movimento de resistência e vão para a luta juntos.

Neste momento Laura também chegou e entrou na conversa, Patrícia perguntou se eu gostaria de segurar o bebê que estava em seu colo. Aceitei e tomei muito cuidado tentando reproduzir a forma como ela segurava, com os braços envoltos no tronco da criança de modo que a mesma não ficasse deitada. Laura disse que também participou desse movimento juntamente com Patrícia e seu companheiro. No último que participou estava grávida, e quando a polícia começou a jogar bombas de gás lacrimogêneo ela ficou preocupada com o esposo que estava mais adiante, então saiu a procura dele. Patrícia disse que ficou muito preocupada com Laura, que não conseguiu mais achá-la. As irmãs disseram que até mesmo os Xavantes, segundo elas grandes e fortes e por isso ficam na linha de frente, caem quando a polícia joga o gás.

A cacique disse que eu poderia somar na luta, afinal, um ônibus é alugado para que aqueles que quiserem, possam viajar juntos até Brasília. Também disse que sua família sempre reafirma o orgulho que sente dela, falam que Patrícia é uma guerreira, e por isso ela também estava orgulhosa de si mesma, por sua liderança, por sua luta, por seu trabalho constante, e por estar preparando o ritual para receber seu avô, o pajé, no momento em que ela é a cacique. A voz de Patrícia estava suave, mas carregava a força de uma liderança que sempre precisa estar atenta, em alerta, disponível para qualquer coisa que possa acontecer. Ao mesmo tempo, as falas e os olhos levemente marejados, revelavam a satisfação, o orgulho de si mesma.

Hora do almoço! Fomos até a cozinha comunitária onde um grupo de pessoas estava fazendo a comida. Durante a manhã tinha tentado conversar com eles, entender de onde eram, e a única informação que consegui é a de que são do grupo "O chamado da floresta", mas que não é uma ONG. Não pude entender mais do que isso, pois uma mulher, aparentemente a que lidera as ações na aldeia, grosseiramente, enquanto me empurrava com as mãos nas minhas costas, falou para eu sair do ambiente onde eles preparavam o café da manhã, que consistia em pão umedecido com molho de tomate e algumas pequenas rodelas de salsicha. Então, na hora do almoço, fiquei apreensiva para encontrar novamente esta mulher. Mas como estava com Patrícia e Laura, me senti mais segura.

Patrícia levou um prato e uma colher de sua casa para que os voluntários colocassem a minha comida. E assim foi formada a fila em frente à cozinha, pessoas com os próprios pratos ou potes vazios, que entregavam para os voluntários, e recebiam o recipiente com arroz, feijão, farofa, pedaços de carne e uma fatia de melancia, além de um copo descartável com suco. Almoçamos já perto das 16h, na mesa em frente à cozinha. Os filhos de Patrícia e de Laura também estavam lá.

Após o almoço, voltei para a casa de reza e fiquei perto das pessoas que estavam conversando enquanto preparavam o frango que seria servido para o pajé. Todos conversavam em Guarani, de repente riam enquanto olhavam para mim, e Patrícia disse: *"Eles estão dizendo que você precisa aprender Guarani!"*. Fiquei um pouco constrangida, mas contente, senti uma abertura para que pudesse me comunicar da maneira que deveria ser feita: em Guarani, não em português.

Visitei Kátia, a jovem que havia conversado na mesma semana. Ela mora bem próximo da casa de reza, e estava com o bebê do lado de fora de sua casa. Conversamos, rimos, perguntamos uma a outra como estavam sendo os últimos dias, falamos sobre o batismo, e ela disse que tem asma, então evita participar deste ritual devido a grande quantidade de fumaça oriunda dos cachimbos. Mas que no próximo ano iria batizar o bebê, ou seja, João Miguel vai receber o nome Guarani no próximo Batismo das águas sagradas, já que, segundo a cacique e sua irmã, todos nós nascemos com um nome, mas este é revelado pelos líderes espirituais, através do pajé, durante o batismo.

Novamente na casa de reza, conversei com um menino de 9 anos, David, que mostrou gostar muito de filmes de dinossauro e tubarão. A conversa foi ótima! David me indicou diversos filmes, contou a história de outros, descreveu cenas mais marcantes e disse vários nomes de espécies de dinossauro que eu não fazia ideia de que um dia existiram. Depois

saímos da casa de reza e nos sentamos em cadeiras próximas dali. Logo chegaram amigos de David, então conversamos mais. Os meninos contaram histórias sobre o Pico do Jaraguá, que abrigava um tipo de animal feroz, que segundo eles foi morto por um Guarani da Tekoá Pyau.

Percebi que algumas pessoas entravam na casa de reza e saiam com os rostos e os corpos marcados com desenhos na cor preta, quase que perfeitamente simétricos. Um dos meninos perguntou se eu gostaria que ele fizesse uma pintura em meu rosto. No primeiro momento fiquei um pouco apreensiva, pois ouvi isso de um menino de 11 anos, mas o que isso importa? Entramos na casa de reza e delicadamente o garoto começou a pintar o meu rosto. Passava um palito de dente de madeira em um pedaço de pedra onde havia jenipapo, e aos poucos fez traços nas minhas bochechas, quase que formando triângulos cujas pontas apontavam para o centro do meu rosto, e uma linha que saia de cada olho em direção a orelha. Entre os traços havia dois paralelos em cada lado do rosto, estes espaços logo foram preenchidos com tinta vermelha. As mãos leves, a calma para fazer a pintura, o cuidado para não me machucar... tudo feito enquanto eu estava de olhos fechados e completamente disponível e segura sem saber o que estava sendo feito em meu rosto. Quando consegui ver o resultado através do reflexo do meu celular fiquei encantada, agradeci muitas vezes e todas as palavras pareciam insuficientes para expressar a minha alegria por ter vivido aquele momento, e poder carregá-lo em minha pele. O menino sorriu levemente e volta e meia conversávamos mais, junto com David, sobre tubarões e dinossauros.

O pajé José Fernandes chegou, foi recebido calorosamente pelos Guaranis. Patrícia me levou até ele, que estava ao lado de sua avó e de sua mãe. Os cumprimentei com um aperto de mãos, embora tempos depois, já no fim do ritual, notei que lá o cumprimento consiste em uma pessoa juntar as próprias mãos, palma com palma, e a outra envolve estas mãos, encostando as palmas no dorso das mãos alheias.

Entre 19h e 20h as pessoas estavam se reunindo na casa de reza. Sentei em um dos bancos de madeira. Comecei a perceber a fumaça que Kátia havia falado, várias pessoas estavam fumando cachimbo, e Laura me disse que a fumaça representa o pensamento dos Guaranis. Além disso, a jovem disse que se incomoda quando os *juruás* - não indígenas - vão para algum ritual e ficam na posição de apenas espectadores vendo cenas exóticas (não foi exatamente com essas palavras, mas o sentido é o mesmo), então que eu poderia dançar quando ela me chamasse. Agradeci e passei a ficar atenta também ao possível convite de Laura para uma participação mais efetiva no ritual.

Aos poucos a casa de reza foi sendo preenchida por Guaranis e juruás, ao ponto de que várias pessoas permaneceram em pé durante o ritual. Mulheres, homens, crianças e bebês

entre cachimbos, músicas e danças. As velas - da estrutura de madeira e penas amarelas - foram acesas com o auxílio do pajé, e logo receberam os pensamentos (fumaça) de diversas pessoas através dos cachimbos, uma vez que rodeavam a estrutura, de maneira concentrada, enquanto jogavam a fumaça para dentro do círculo, onde havia também um recipiente de madeira com água.

Foram horas e horas de músicas, feitas principalmente com violão e algumas com rabeca, um instrumento parecido com o violino, porém posicionado entre o braço e o antebraço. Alguns homens tocavam, e o que estava com o violão ficava de costas para os demais e iniciava as músicas. Outros homens faziam também a primeira voz, enquanto mulheres faziam a segunda voz mais aguda. As vozes tomavam conta da casa de reza e pulsavam dentro de todos os corpos. Homens dançavam, uns ao lado dos outros, com passos firmes, afastados, da esquerda para direita. Já as mulheres, com as mãos e os braços dados, faziam passos ainda menores, para frente e para trás, de um lado para o outro, com os pés que quase não saiam do chão, pés que muitas vezes deslizavam sobre o chão de terra.

Praticamente todo o ritual foi feito em Guarani, e a única palavra que consegui entender, e que de certa forma se repetia na maioria das músicas, era “Nhanderu”, o Deus. Após algumas horas, já durante a madrugada, estava com sono, frio, fome, muita sede e dores no corpo por ficar tanto tempo no mesmo banco de madeira, além de que sentia minha pele ardendo nos lugares em que antes havia sido desenhado linhas com jenipapo. Em determinado momento a fumaça passou a me incomodar. Mas quando fui chamada por Laura, para dançar, tais sensações deram uma trégua, embora tenham voltado depois.

Demorei alguns instantes para levantar e me juntar às mulheres que estavam dançando. Quando vi outras juruás entre as Guaranis, me senti confortável para participar. Fiquei o tempo todo ao lado de Laura, com as mãos dadas, corpos lado a lado, dedos entrelaçados firmemente, sentia a força de suas mãos e tentava fazer o mesmo. Também tive que prestar muita atenção nos passos, olhando atentamente para cada movimento dos pés das mulheres, e sentindo o balanço dos corpos que ajudavam a seguir a música. Laura, que estava grávida, de repente olhou para mim e disse: *“Viu? Ele também está dançando.”* Essa frase me tomou de tal modo ao ponto de me emocionar por estar ali de mãos dadas com outras mulheres, dançando, ocupando o mesmo espaço sagrado. Já com as pernas cansadas, resolvi sentar novamente.

Foto 9: Batismo das águas sagradas. Arquivo pessoal.

Em determinados momentos, pausas eram feitas para que as pessoas pudessem sair da casa de reza e utilizar os banheiros da aldeia. A saída era feita também com música e dança para formar as filas que da mesma forma que saíam do espaço, também voltavam. A primeira fila era formada por homens, e quando os mesmos retornavam, as mulheres também faziam uma fila e saíam. Saí duas vezes durante o ritual para ir ao banheiro. Com papéis dentro de uma pequena bolsa e com a lanterna do celular ligada, pude chegar ao banheiro com um certo cuidado, uma vez que estava escuro, e os relevos da aldeia tornavam o caminho até o banheiro coletivo ainda mais difícil. Nos banheiros também não havia luz, e quanto mais se aproximava do nascer do sol, menos água tinha.

No batismo propriamente dito, as pessoas formavam um círculo em volta da estrutura com as velas, então se aproximavam do pajé que molhava as mãos no recipiente de madeira, e batia levemente, três vezes, as mãos com um pouco de água no topo da cabeça daqueles que já tinham o nome Guarani. Primeiro foram os homens, depois mulheres e por fim as crianças. Depois foi o momento em que aqueles que não tinham ainda o nome Guarani foram batizados. Laura me chamou e disse que sua irmã, que não descobri o nome, seria minha madrinha, já que o pajé falaria meu nome e provavelmente eu não entenderia, então a madrinha me diria o meu nome. Entrei no círculo das mulheres, abaixei a cabeça, o pajé colocou as mãos sobre os meus cabelos e disse meu nome: *"Poty Mirim"*. Obviamente não

entendi, mas a minha madrinha entendeu e me contou depois, disse também o significado, *Poty* é flor, e *Mirim* é pequena.

Logo em seguida tivemos que retornar para o círculo para repetir nossos nomes para o pajé. Fiquei apreensiva, pois não conseguia pronunciar o meu nome, inclusive falei das mais diferentes formas, sendo todas elas erradas. Com o tempo aprendi a pronunciar o *Y*, que no Guarani precisa ser falado com a língua curvada, quase que perto da garganta e do céu da boca ao mesmo tempo. Depois de batizada algumas pessoas perguntavam o meu nome, e quando eu respondia *"Letícia"*, elas me corrigiam: *"Não, quero saber seu nome Guarani"*. E a cada pessoa que me perguntava eu pedia ajuda na pronúncia, até que descobri que pela falta de habilidade em pronunciar o *Y*, estava mudando meu nome, isto é, a maneira como falava significava *"cocô"*, então entendi alguns risos logo que me apresentava.

Foto 10: Batismo das águas sagradas. Arquivo pessoal.

Já perto das 3h da madrugada, a fome apertou ainda mais. Até que os voluntários do "Chamado da Floresta" trouxeram frutas e comida. Comi duas fatias de melancia, que de certa forma saciaram minha fome e minha sede. Continuei na casa de reza até aproximadamente 4h30, e em nenhum momento a música parou. Ao final do ritual, a cacique afirmou sobre a importância do comprometimento com a aldeia após os juruás serem batizados, afinal, a luta é coletiva. Então, tempos depois, Patrícia disse que poderíamos descansar na casa dela.

A cacique me ofereceu a cama de um de seus filhos para que eu pudesse dormir, mas disse que poderia descansar no sofá mesmo. Ela retirou as roupas que estavam no sofá e

perguntou se eu gostaria de cobertor ou travesseiro. Agradeci e disse que tinha levado um lençol e um cobertor. A cacique dormiu em uma cama de casal com dois de seus filhos, e seu filho mais velho estava dormindo na cama de cima de uma beliche. Coloquei o despertador no celular para que logo pela manhã pudesse voltar para casa, uma vez que meu rosto estava ardendo consideravelmente devido ao jenipapo.

Quando amanheceu troquei de roupa, arrumei minhas coisas e observei onde estava. Era uma casa feita de madeira, comprida. Ouvia galos cantando, cachorros latindo, e o sol já atravessava as pequenas aberturas entre as tábuas de madeira. Fiquei apreensiva em acordar Patrícia, mas precisava ir para casa. Então a acordei, agradeci por aquela experiência indescritível e me despedi. No caminho até a estação não consegui conter as lágrimas, que acredito que foi uma forma de expressão que nenhuma palavra seria capaz de contemplar. Minhas roupas e meus cabelos cheiravam a fumaça, quer dizer, pensamentos. Minha pele estava marcada com jenipapo, inclusive demorou aproximadamente uma semana para sair completamente, no entanto, as marcas que ficaram em mim duraram ainda mais.

Ocupação Yary Ty, 12 de fevereiro de 2020
Jaraguá é Guarani!
Primeiro contato com a Ocupação

No fim do mês de janeiro os Guaranis do Jaraguá ocuparam o terreno que uma construtora iria construir um condomínio próximo ao Parque Estadual do Jaraguá e, consequentemente, das aldeias. Acompanhei o início do processo através das redes sociais e lembrei de uma fala de Maria, a liderança da Itawera, que disse que iriam fazer algo a respeito, afinal de contas, trata-se de uma área de preservação de Mata Atlântica e está próxima de aldeias indígenas.

Foto 11: Ocupação Guarani. Nas faixas: *"SP Terra Indígena"* e *"Mãe Terra chora - tombaram 4 mil árvores".* Arquivo pessoal.

No dia 12 de janeiro havia marcado uma conversa com a cacique da Tekoá Pyau, Patrícia, porém, não a encontrei na aldeia, disseram que ela estava em um compromisso e precisou sair. Então fui até a ocupação, localizada na mesma rua da Tekoá Pyau. Na frente dos muros alguns Guaranis estavam com os rostos pintados que gritavam por justiça, embora não dissessem sequer uma palavra, seus cachimbos jogavam no ar pensamentos de luta, de resistência.

Perguntei se poderia entrar na ocupação, fui recebida amigavelmente por um rapaz que me disse que todos estavam se organizando para ir até o batalhão da polícia, ao lado da estação de trem Vila Clarice (linha 7 rubi), para uma conversa com a juíza que havia emitido uma ordem para a reintegração de posse.

Foto 12: Ocupação Guarani. Na placa: *"Não mate a floresta"*, *"Guarani resiste"* e *"Índio não tem medo do Estado"*. Arquivo pessoal.

Foto 13: Ocupação Guarani. Nas faixas: *"Mãe Terra chora - tombaram 4 mil árvores"* e *"Agora é Tenondé"*. Arquivo pessoal.

Aos poucos a ocupação se esvaziava, porém não completamente, com o auxílio de carros que repetiam o mesmo caminho entre a ocupação e o batalhão. O rapaz disse que eu poderia ir, agradeci, mas fiquei apreensiva caso estivesse ocupando o lugar de algum Guarani no carro.

Foto 14: Ocupação Guarani. Na placa: *"Riqueza é o que nasce da terra"*. Na faixa: *"Sangue indígena - nenhuma gota A+"*. Arquivo pessoal.

Este mesmo homem entrou comigo na ocupação e mostrou o que havia sido feito ali. Muitas árvores derrubadas, somente aquelas que eram vistas da rua continuaram vivas, as demais, localizadas mais ao centro do terreno, já estavam mortas. Árvores imensas com identificação de pertencerem ao grupo da flora que deveria ser preservada, e que segundo o rapaz, embora eles tivessem plantado algumas mudas, dificilmente estarão vivos para ver estas plantas crescerem, afinal, levará muitos anos.

Logo na entrada da ocupação havia tendas de plástico com tecidos no chão, até um sofá em uma delas, onde alguns Guaranis e juruás estavam reunidos. Ao fundo do terreno havia um espaço construído pela construtora, onde os seguranças ficavam. O rapaz disse que houve a tentativa de um acordo no qual 50% do terreno pertenceria à construtora, e os outros 50% aos Guaranis, ele continuou: *"mas não é pra construir nada!"*.

Aldeia Tekoá Pyau e Ocupação Yary Ty, 13 de fevereiro de 2020

Não mate a floresta! Índio não tem medo do Estado!

Conversas com as lideranças sobre a criação do Parque Ecológico

No dia seguinte combinei com Viviane que iríamos visitar o Sr. Ari e Kátia, além de entrar na ocupação. A casa do ex-cacique estava ainda em construção, e ele estava com um mal-estar, deitado em sua cama no quarto que ainda não havia sido reformado completamente. No quarto havia diversas bíblias, afinal, segundo informações que prefiro não expor a fonte, uma igreja presbiteriana realiza cultos todos os sábados pela manhã na casa do ex- cacique, além de reformar o espaço. Ou seja, o ex-cacique foi catequizado, e ao mesmo tempo criticou a postura da atual liderança da Tekoá Pyau que permite que juruás sejam batizados.

Comemos a planta ora-pro-nóbis, plantada na terra do Sr. Ari, e que foi preparada por Cláudio, voluntário nas aldeias do Jaraguá. As folhas foram temperadas com vinagre e sal, estava ótimo! De acordo com Cláudio, a planta é riquíssima em diversas vitaminas e entre suas ideias é incluí-la na dieta Guarani. Depois Viviane, Cláudio e eu fomos até a ocupação.

Foto 15: árvores de demarcação (com tarjetas) cortadas pela construtora na Ocupação Guarani. Arquivo pessoal.

Conversamos com Wera, uma das lideranças do Jaraguá, o rapaz disse que o objetivo é que naquela área seja construído um parque ecológico de administração compartilhada - entre Guaranis e população local - além de uma memorial da luta Guarani.

Foto 16: divisão de placas de metal feita pela construtora.
Arquivo pessoal.

A ocupação estava preenchida por Guaranis e juruás que a todo momento faziam falas de indignação diante de tamanha atrocidade que revelava que os povos originários ainda são perseguidos, ainda têm seus direitos violados, o território tomado, as lutas ignoradas.

Foto 17: árvores de demarcação (com tarjetas) cortadas pela construtora na Ocupação Guarani. Arquivo pessoal.

Foto 18: menino Guarani e um cachorro na Ocupação Guarani do Jaraguá. Arquivo pessoal.

Em resposta a tamanha injustiça social, as/os Guaranis estavam se articulando com juruás com o objetivo de que o território pudesse ser frequentado por todos, sobretudo respeitando os direitos dos povos originários. Na ocupação pediam doações e a participação em atividades, como por exemplo, exibição de filmes, rodas de conversas, limpeza das nascentes e caminhadas pelo território.

Ocupação Yary Ty e Aldeia Itawera, 15 de fevereiro de 2020

***"Eles disseram para não nos assustarmos com o barulho da motosserra"* (Richard)**

Conversas com as lideranças sobre a Ocupação e o abaixo-assinado

Fui novamente até a ocupação, na companhia de Viviane, pois iríamos participar de uma atividade de caminhada dentro do terreno e em seguida uma roda de conversa. Antony, uma das lideranças, foi quem nos guiou, juntamente com outros juruás, pelo território. Disse que mesmo durante a ocupação, dois seguranças permaneceram ali, mas saíram poucos dias depois, alegaram estarem incomodados com os rituais, danças e rezas. Estes seguranças deixaram para trás a documentação do projeto da construtora, e foi então que descobriram uma discrepância entre o que estava escrito e o que a construtora havia afirmado. A construtora disse para as lideranças que iria construir seis torres, mas no projeto estava escrito que treze torres seriam construídas.

Foto 19: menino segurando arco e flecha na Ocupação Guarani do Jaraguá. Arquivo pessoal.

Além disso, o documento que utilizaram para dar início à construção era fraudulento, pois, segundo Antony, a FUNAI recebeu um documento perguntando se aquela área era território Guarani, e respondeu que não, já que as aldeias estão próximas dali. A construtora utilizou esta informação como prova de que poderia ser construído um condomínio. Richard, uma liderança jovem, complementou a informação dizendo que, antes de qualquer construção que seja próxima a um território de povos originários, é necessário fazer um *"estudo de impacto ambiental, que está dentro da Lei 169 OIT"*. Falaremos desta lei mais adiante, mas o que deve ser frisado neste momento é que a construtora deveria ter feito uma consulta prévia com a comunidade. No entanto disse apenas que *"não era pra se assustar com o barulho da motossera"*.

Foto 20: vista para o Pico do Jaraguá durante a caminhada dentro da Ocupação Guarani. Arquivo pessoal.

Richard e Antony disseram também que a construtora está sendo processada pela derrubada de centenas de árvores de área de preservação, e que existe uma lei que impede a construção de qualquer empreendimento com menos de 8 Km de distância de um território indígena. Outro fator que torna a situação ainda mais revoltante, é que não pode haver construções próximas de nascentes, e naquela área existem duas nascentes, como artimanha, a construtora colocou no documento apenas a nascente mais afastada da entrada do futuro condomínio, embora exista outra muito mais próxima, mas que caso fosse reconhecida, impediria a construção.

Neste dia encontrei Patrícia e Laura, reunidas com mulheres dentro da ocupação. Conversavam em Guarani e fumavam os cachimbos. Em seguida assinei o abaixo-assinado, que estava disponível na Internet e impresso nas mãos de Maria, a liderança da Itawera, nele há explicações sobre todo o processo, inclusive as leis que foram infringidas pela construtora e o objetivo da ocupação.

Abaixo Assinado pela criação do Parque Ecológico YARY TY (CEYTY) e Memorial da Cultura Guarani

A criação do CEYTY é uma ação reparadora do crime socioambiental praticado pela *construtora,* garantindo assim que seja definitivamente interrompido o desmatamento da área que já sofreu a supressão de 400 árvores de espécies arbóreas da Mata Atlântica e com isso, a matança dos animais silvestres que viviam no local com destaque para o extermínio das colônias de abelhas nativas sem ferrão. O povo Guarani, guardiões da natureza e do Jaraguá ocupou a área para impedir o extermínio total da exuberante fauna e flora local.

A *construtora* violou leis de proteção à natureza e aos povos indígenas ignorando os trâmites legais para construir em área localizada a menos de 200 metros de distância de aldeias que compõem a Terra Indígena Jaraguá:
-ignorou o Decreto Interministerial 060 de 2015 do IBAMA do Componente Indígena;
-descumpriu o descrito na OIT 169 no que diz respeito a consulta prévia;
-desconsiderou também, a legislação que protege o entorno do Parque Estadual do Jaraguá, uma das últimas áreas remanescentes de Mata Atlântica na cidade de São Paulo, declarada pela UNESCO como o Cinturão Verde de Reserva da Biosfera;
-entre outras.

A criação do Parque Ecológico YARY TY (CEYTY) e Memorial da Cultura Guarani é o que se espera da Prefeitura de São Paulo - que autorizou o corte das árvores - para compensar o crime socioambiental cometido pela *construtora* com o desrespeito ao povo Guarani M'bya e, assim, impedir a construção de 11 torres com 880 unidades de apartamentos. Lembramos que o Prefeito Bruno Covas prometeu um terreno ao povo Guarani do Jaraguá para a criação de um Memorial para a preservação da sua cultura.

Serão precisos ao menos 30 anos para a regeneração da Mata Atlântica ceifada no local, mas a implantação do CEYTY vai assegurar que, no futuro, os Guarani M'bya terão de volta aspectos de sua Cultura que foram destruídos e, a população da cidade de São Paulo, seu Meio Ambiente recuperado novamente.

O CEYTY será implantado na Rua Comendador José de Matos, 139.

Foto 21: faixa na entrada da aldeia Itawera, cuja liderança é Maria, em que está escrito: *"Yary Ty e Floresta: respeita a Convenção 169"*. Arquivo pessoal.

Maria disse estar nessa luta incessante pelos direitos dos povos indígenas, e que faria o que fosse necessário para reunir o máximo de assinaturas, sendo que a meta era de três mil, para que houvesse chance de derrubar o projeto de construção do condomínio.

Foto 22: faixa na entrada da aldeia Itawera, cuja liderança é Maria, em que está escrito: *"Demarcação já. Jaraguá é Guarani"*. Arquivo pessoal.

Uma atualização necessária

O processo de ida a campo e de escrita do diário de campo foram marcados pela crise sanitária da COVID-19[29]. Neste cenário, as aldeias do Jaraguá pediam doações de alimentos e produtos de higiene, e também que juruás evitassem visitar a aldeia para não agirem como possíveis vetores dos vírus. Outro fator preocupante, e que acompanhei nas redes sociais, foi que, de acordo com os Guaranis, a polícia aproveitou o período de isolamento social para realizar a reintegração de posse[30], embora a ocupação estivesse existindo em outro formato devido a um acordo com as autoridades, não mais dentro do terreno, mas na calçada. Este acordo previa que nada deveria ser feito no prazo de alguns meses, porém foi quebrado em um momento de fragilidade mundial, durante a pandemia do coronavírus, que dificulta qualquer tipo de mobilização do movimento indígena.

[29] A temática da crise sanitária será abordada com maior profundidade no capítulo de Discussão e Considerações Finais. Sugerimos a leitura de matérias sobre a pandemia, como "Coronavírus: Brasil é um dos países mais afetados entre 75 países onde a epidemia cresce", de 15 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53047836>. Acesso em: 20 jun. 2020.

[30] Para mais informações sobre ações policiais e da construtora na ocupação Guarani durante o período de isolamento social, sugerimos a leitura do texto disponível em: <https://ponte.org/indigenas-guarani-isolam-aldeias-e-denunciam-acoes-de-construtora-durante-pandemia/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo não se propõe a ser um capítulo de análise. Vale destacar que grande parte da discussão foi feita no próprio material, pois a análise do diário de campo, do ponto de vista do método etnográfico, com interface da Psicologia Social, não se separa o resultado. Dentre as premissas da etnografia está a não cisão entre resultados e análise, ou seja, não se separa o vivido do pensado a respeito (Sato e Souza, 2001; Andrada, 2018).

A partir da minha experiência em campo pude viver e significar quem são essas mulheres indígenas, conhecer suas lutas e saberes na relação tensa estabelecida entre a aldeia urbana e a cidade a sua volta. Para tanto, com o intuito de darmos continuidade às reflexões, organizar e sintetizar os principais achados, teceremos alguns comentários gerais - aspectos primordiais que tornaram-se centros nucleares da nossa atenção na leitura e escrita - que apresentam relação direta com o objetivo do presente estudo, no sentido de síntese entre teoria e diário de campo articulados.

Tais comentários estão distribuídos em quatro eixos temáticos: "Minha experiência em campo: para além da monografia", "Mulheres indígenas: identidade e vivências", "Lutas, Saberes e Feminismo Indígena" e "Contexto da relação com a cidade".

1. Minha experiência em campo: para além da monografia

"-Qual o seu nome?

-Letícia.

-Não, quero saber o seu nome.

-Ah, sim. Poty Mirim (com uma pronúncia completamente equivocada)"

Minha experiência em campo foi marcada por cuidado, por parte de todas/os que me receberam na aldeia, tanto as lideranças, quanto Viviane, que faz parte de uma ONG. Acolhimento que ao mesmo tempo convoca para um comprometimento, que ultrapassa o "visitar", e compreende o campo da luta que pode ser comum, da luta que pode ser construída coletivamente, e que lá - na aldeia - assume um papel visceral.

Embora elas estejam envolvidas, cotidianamente, em movimentos pela defesa de seus direitos, encontrei uma disponibilidade sem igual, mesmo diante de um certo receio com os *juruás*, receio este que entendemos facilmente, e que me colocou no meu lugar, o lugar de uma mulher branca, mas que pode somar, pode construir coletivamente.

O convite para o batismo, ensinamentos para falar algumas palavras em Guarani, histórias, saberes, episódios revoltantes de opressão, absolutamente tudo compartilhado com carinho, força, potência, e sobretudo, atenção, isto é, mulheres extremamente sensíveis a todo momento para identificar qualquer necessidade de ação, já que se trata de uma questão de sobrevivência.

O Guarani falado em cada canto da aldeia, cantado no ritual com múltiplas vozes que preenchiam o espaço, configura uma importante forma de resistência e preservação da cultura e saberes, embora saibamos que nada é estático, que tudo está em constante processo de transformação.

Ainda é possível sentir o cheiro da terra úmida, dos cachimbos, do chimarrão, ouvir as canções e sentir a pulsação dos passos firmes sobre o chão. Ainda é possível lembrar das brincadeiras com as sobrancelhas que provocavam risos entre as Guaranis da Tekoá Pyau, e o carinho das mães em seus filhos, que acolhidos entre as pernas das mães, recebiam uma massagem sobre suas cabeças com as pontas dos dedos firmes, que pareciam fazer desenhos entre os fios de cabelos.

Para além de toda experiência, o que ficou foi o ensinamento de que o cuidado com a comunidade e o espaço em que vivemos é de responsabilidade de todas/os, e é isso o que pretendo fazer, este vínculo não irá se restringir a alguns encontros para o estudo, continuará em minha vida enquanto um compromisso ético-político de uma cidadã, e futura psicóloga, para com os povos originários.

2. Mulheres indígenas: identidade e vivências

***"Sou uma guerreira"* (Patrícia, liderança da Tekoá Pyau)**

***"[...] mas todo mundo passa por isso, por causa que a gente é indígena, aí alguns tem preconceito porque é indígena"* (Kátia, dona do "botequinho")**

Para que possamos continuar a reflexão, é preciso ressaltar que os termos "índio/indígena" são termos colonizadores, isto é, foram impostos pelos colonizadores europeus, assim como "cacique", que segundo Patrícia, é um nome para juruá entender quem é a liderança. Por falta de nomes mais adequados, continuaremos utilizando estas nomenclaturas.

Na experiência de campo encontramos mulheres indígenas que são mães, trabalhadoras, lideranças que afirmam que vivem com um acúmulo de funções, já que são

papéis que demandam muito tempo e ações. Além disso, relataram episódios de preconceito e violência, episódios absurdos, cruéis que sinalizam para o que Jessé Souza, em "A ralé brasileira"[31], chama de *subcidadania*, em que algumas pessoas são consideradas aprazíveis, enquanto outras desprezíveis, ou seja, há uma hierarquia valorativa de pessoas em que umas valem mais e outras menos.

O conceito de *subcidadania* também carrega a culpabilização dos pobres e a criminalização da pobreza. Ao mesmo tempo em que o *Mito da Brasilidade* - também presente na obra de Jessé Souza - oculta as disputas sociais e a violência. Por exemplo, têm-se a imagem social compartilhada do povo brasileiro como pessoas afetivas, calorosas, malandras, acolhedoras, sendo que esta imagem encobre o fato do país ser fruto de estupros, agressões e crueldade, como o genocídio dos povos originários e constantes violações de direitos daqueles que sobreviveram.

E foi parte dessa população que é tida como "subcidadã", cuja história é encoberta pelo *Mito da Brasilidade*, que encontramos nas aldeias Guaranis do Jaraguá, ora vista como carente - portanto passível de receber doações como mera expressão do voluntarismo - ora vista como perigosa, quando reivindica por seus direitos (veremos com mais profundidade no quarto eixo temático sobre o contexto da relação com a cidade).

Inclusive Viviane, integrante de uma das ONGs que atuam no Jaraguá, queixou-se de ações pontuais que não visam de fato uma transformação. E Laura, ex-liderança e irmã da atual liderança da Tekoá Pyau, também mostrou indignação com o fato de *juruás* doarem alimentos que trazem lixo - a embalagem - e ainda reclamam que os Guaranis não sabem o que fazer com a grande quantidade de lixo, o que para ela é óbvio, uma vez que o lixo não faz parte da vida/cultura Guarani. Dessa forma notamos como nossa cultura de classe molda a nossa forma de ver o fenômeno.

As Guaranis do Jaraguá fazem enfrentamentos diários às inúmeras naturalizações eurocêntricas, além de identificarem na própria aldeia "homens machistas" que questionam suas habilidades, capacidades e sabedorias de serem lideranças. Mesmo diante das adversidades, elas continuam. Como disse Patrícia: *"Sou uma guerreira"*, assim como vê todas suas *parentes* - termo utilizado para se referir a outras indígenas - que também são lideranças. Elas se identificam como guerreiras.

Para falarmos sobre identidade, devemos retomar que este conceito foi desenvolvido por Ciampa com os aportes teóricos da Sócio-Histórica, que considera o sujeito como produto e produtor de seu tempo. Para Ciampa, a teoria da *Identidade* corresponde a um jogo de

[31] SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive.* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009.

construção permanente, resultante de um processo em constante tensão e transformação, afinal, não somos as mesmas de acordo com o lugar e o papel que temos que desempenhar, ou seja, conforme o lugar me expresso de determinada maneira. Logo, falamos de *Identidade metamorfose*, em que o ser é múltiplo.

> Defino identidade como processo de *metamorfose*, como movimento das transformações que vão configurando nossas identidades, seja como história de vida – um passado que se fez pela minha atividade –, seja como projeto de vida – um futuro a ser buscado a partir de meu desejo –, ou seja, desenvolver a competência de falar e agir com autonomia para afirmar *quem sou* e *quem gostaria de ser*.
> [...]
> O desafio é a prática que vai concretizar esse sentido emancipatório, adotando uma política de identidade (coletiva) que não negue a possibilidade de uma identidade política (individual). Cabe ao próprio grupo chegar ao auto-entendimento do que está sendo e do que gostaria de ser. Ele tem que decidir com autonomia, senão cai naquela velha questão da heteronomia: o "outro é quem diz para ele o que deve fazer". Pode-se afirmar que o sentido emancipatório surge autenticamente apenas como auto-reflexão. O próprio grupo precisa refletir sobre as condições materiais e históricas em que se dão sua existência, sua atuação e seu reconhecimento, bem como refletir sobre possibilidades e desejos de mudanças. (CIAMPA, 2006)[32]

Estas mulheres presentes no diário de campo, mães, trabalhadoras, que enquanto lideranças se identificam como *guerreiras*, evidenciam a máxima expressão da luta cotidiana por seus direitos e pela sobrevivência na cidade, na luta pelas/os suas/seus. *Luta* está muito presente na fala de todas elas, e é desta forma que começaremos o próximo eixo temático.

3. Lutas, saberes e Feminismo Indígena

"Tem dois assuntos que sempre estou na luta: mulheres e indígenas"

(Maria, liderança da Itawera)

"Eu sou brasileira, e VOCÊ, de onde veio?"

(Laura, ex-liderança e irmã da atual liderança da Tekoá Pyau)

Como vimos no diário de campo, há diversas passagens protagonizadas pelas lideranças das aldeias urbanas do Jaraguá, em que as mesmas são linha de frente nos movimentos de reivindicação pelos direitos dos povos originários. Além disso, enfrentam, diariamente, o patriarcado, seja em episódios de violência contra a mulher dentro e fora da aldeia, ou o questionamento de suas habilidades, capacidades e sabedorias para serem lideranças. Segundo elas, tal deslegitimação é feita por *"homens machistas"*.

Embora em nenhum momento tenham se referido ao movimento feminista, tampouco ao Feminismo Comunitário, não quer dizer que não exista luta por igualdade e justiça em

[32] CIAMPA, Antônio da Costa. **Constr. psicopedag.**, São Paulo , v. 14, n. 11, dez. 2006 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542006000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

termos étnicos/raciais e de gênero. Afinal, tais discussões não precisam aparecer com estes nomes/termos para que se considere que elas estão ou não lutando.

A luta está no cotidiano, nas rodas de conversa, no Guarani, na ocupação, nas inúmeras reivindicações por seus direitos, no papel de liderança de uma aldeia, além das tentativas diárias de se manterem vivas e garantirem a sobrevivência das suas e dos seus.

Falar das mulheres da Tekoá Pyau é referir-se a uma luta que se expressa tanto na luta pelos indígenas (mulheres e homens) quanto pelas mulheres. Sendo que há reflexão, organização e ação no coletivo. Isso é Feminismo Comunitário na prática e que considera as categorias de opressões que se encontram entrelaçadas e inseparáveis. Estamos falando de consubstancialidade.

Como vimos, o conceito de consubstancialidade, desenvolvido por Danièle Kergoat[33], refere-se à relação entre os mecanismos de opressão: raça, gênero e classe, sobretudo no contexto da América Latina, marcado pela colonialidade, um sistema de dominação-exploração que foi e é estruturado consubstancialmente (relação simbiótica e não hierárquica) pelo racismo, existência de classes sociais - que pressupõe a relação de desigualdade - e o patriarcado. Diferentemente do conceito de *Interseccionalidade*, que visa apenas a identificação das opressões, *Consubstancialidade* tem como horizonte a emancipação, isto é, a construção de estratégias de emancipação política e humana (Brambilla, B., 2018. Comunicação pessoal, aula ministrada em 06/03/2018). Vemos este fenômeno através das ações das mulheres lideranças das aldeias do Jaraguá, embora o mundo acadêmico denomine como Feminismo Comunitário ou Feminismo Indígena. A prática do Feminismo Comunitário é afirmada pelas falas de Julieta Paredes em entrevista no mês de maio de 2020[34]:

> O feminismo comunitário é a luta de qualquer mulher, em qualquer parte do mundo, em qualquer tempo da história, que luta e se rebela contra um patriarcado que a oprime ou pretende oprimir [...]
>
> [...] O feminismo comunitário, hoje em dia, também é uma corrente de pensamento. Mas nós não nascemos da academia, da teoria, da intelectualidade. É muito diferente. Nós nascemos como uma prática social que nomeia seus sonhos, suas propostas, suas lutas, e vamos encontrando na construção teórica a explicação do que estamos fazendo.
> Quando você, como povo originário – ou indígena, como nos chamam – ou como mulher, é oprimido, você está preocupado em procurar comida, água, uma casa. Você não tem tempo, espaço, tranquilidade e saúde para poder pensar, ler, escrever.

[33] O conceito de *Consubstancialidade* está presente na obra de Danièle Kergoat chamada "Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais", 2010.

[34] "Temos que construir a utopia no dia a dia", diz a boliviana Julieta Paredes em entrevista. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/temos-que-construir-a-utopia-no-dia-a-dia-diz-a-boliviana-julieta-paredes/#.Xr9LhplFcuQ.facebook>. Acesso em: 01 jun. 2020.

> [...] O fundamental para nós é que, para fazer revoluções, mudanças, transformações, tem que ser com os nossos povos, com nossas organizações sociais, com nossos irmãos e irmãs que fazem parte da nossa sociedade. Senão, com que povo vamos fazer a revolução? (PAREDES, 2020)

Com o intuito de resgatar os aspectos centrais da Sócio-Histórica, para então relacionarmos com o diário de campo articulado com o Feminismo Indígena, podemos entender que o fenômeno do Feminismo Indígena está presente nas aldeias urbanas do Jaraguá na prática social. Isto é, na Sócio-Histórica fala-se em *práxis*, que configura o entrelaçamento entre as categorias *consciência* e *atividade* que constituem a subjetividade, a produção de sentidos. "Atividade, a ação no mundo, é entendida como a base da construção da consciência. E consciência é compreendida como o direcionamento dado à ação diante da reflexão acerca da atividade" (Gonçalves, M. G. M., 2020. Comunicação pessoal, aula ministrada em 16/04/2020). Portanto, são categorias que são constituídas mutuamente, assim como as demais categorias trabalhadas pela Sócio-Histórica, mas que não nos debruçaremos sobre elas por não fazerem parte do objetivo do estudo.

Assim, identificamos a *práxis*, a prática, no cotidiano das lideranças da Tekoá Pyau, e da liderança da Itawera, afinal, estão envolvidas na militância. As rodas de mulheres de povos originários, planejamentos de ações, presença diária nas lutas, enfim, aspectos que corroboram com a ideia de que o que amplia a consciência é a possibilidade de refletir no coletivo o vivido, a realidade. Ou seja, a prática/militância aumenta a resistência e a compreensão. Entretanto, acadêmicos, muitas vezes, não dão consequência - não fazem ações, intervenções - não produzem formas de enfrentamento. Diferentemente daquelas/es que vivem na prática, na militância, que podem nomear o fenômeno de outra maneira, diferente da denominação atribuída pelos acadêmicos (Gonçalves, M. G. M., 2020. Comunicação pessoal, aula ministrada em 16/04/2020).

4. Contexto da relação com a cidade

"Eles disseram para não nos assustarmos com o barulho da motosserra"

(Richard, liderança jovem da Tekoá Pyau)

A relação estabelecida entre a aldeia urbana e a cidade é marcada por tensão, violência, discriminação e desigualdades, embora percebamos relações de parceria com ONGs e pessoas que se dedicam ao movimento indígena.

As lideranças afirmam que o território brasileiro é um território indígena (de fato é), e cada vez mais é roubado dos povos originários. Assim foi feito com uma área próxima às aldeias do Jaraguá, onde uma construtora anunciou que construiria um condomínio. Os povos originários do Jaraguá se uniram e organizaram a ocupação YARY TY, com o objetivo da construção do Parque Ecológico YARY TY (CEYTY) e Memorial da Cultura Guarani.

Na ocupação foram desenvolvidas atividades de conscientização, venda de artes Guaranis, rituais, caminhadas pelo território, limpeza das nascentes, além de informarem a série de crimes cometidos pela construtora, dentre eles a derrubada de árvores de área de preservação, produção de documento fraudulento para iniciar a obra, e o não cumprimento da lei que impede (ou deveria impedir) construções próximas às aldeias. Todas essas informações, inclusive a reivindicação por um centro de memória e resistência indígena de administração compartilhada entre povos originários e população local, estão no abaixo-assinado produzido pelas lideranças, e transcritas no diário de campo deste trabalho, além das páginas das redes sociais que, quase diariamente, atualizam a situação delicada da ocupação em tempos de isolamento social.[35]

Portanto, podemos afirmar que a militância também configura uma forma de sobrevivência em meio à cidade, que a todo o momento invade, delimita a vida das mulheres indígenas, seja dificultando a demarcação de territórios indígenas, seja intimidando com as mais variadas formas de violência contra a mulher, de modo que tenham medo de sair de casa sozinhas, ou até mesmo, como a construtora fez: *"Não se assustem se ouvirem barulho da motosserra"*.

As lideranças do Jaraguá se uniram e organizaram a ocupação, além disso, em nenhum momento desresponsabilizaram o poder público por permitir que uma série de crimes sejam cometidos, novamente, contra os povos originários. O envolvimento das mulheres indígenas neste movimento corrobora com argumentos de Marize Vieira de Oliveira[36] sobre a criação de associações indígenas que defendem os direitos das mulheres indígenas:

> Essas associações indígenas foram criadas, no início, seguindo as especificidades das mulheres. Mais tarde, foram se inserindo nas lutas nacionais, cujo objetivo era promover políticas de desenvolvimento das mulheres, assegurando seus direitos e

[35] É possível acompanhar a luta pelo Parque Ecológico YARY TY (CEYTY) e Memorial da Cultura Guarani. através da página dos Guardiões da Floresta no *Instagram* https://www.instagram.com/lutaparquejaragua/, além da página no *Facebook* da Aldeia Tekoá Pyau https://www.facebook.com/tribo.mbya.

[36] Marize Vieira de Oliveira, indígena em contexto urbano, professora de história das redes estadual do Rio de Janeiro e municipal de Duque de Caxias. Pós-graduanda em história social do Brasil pela Fundação Educacional de Duque de Caxias (Feuduc) e mestranda em educação em relações étnico-raciais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordenadora do Movimento Tamoio dos Povos Originários, uma das fundadoras da Aldeia Maracanã e secretária executiva da Associação Indígena Aldeia Maracanã (AIAM).

> participação em várias instâncias, além de contribuir para o avanço do movimento indígena como um todo.
> [...] É importante dizer que esse processo de organização das mulheres é dinâmico e se estrutura como resposta contra as políticas governamentais que impactam as aldeias e, consequentemente, as mulheres indígenas em contexto urbano. (2008, p. 304)
> Nós somos invisíveis, principalmente quando estamos em contexto urbano. [...] Essa invisibilidade demonstra a gravidade da situação, pois elas (mulheres indígenas), ao lado dos homens indígenas, constituem o povo mais excluído e discriminado na sociedade brasileira. (2008, p. 309)[37]

A partir de produções teóricas articuladas com o diário de campo, além de aspectos da Sócio-Histórica, podemos enfatizar a necessidade da historicidade para a compreensão dos fenômenos, o que inclui a multideterminação, isto é, as diferentes formas de opressão que se encontram entrelaçadas nas vivências das mulheres indígenas em contexto urbano. A naturalização das opressões quanto à raça/etnia, gênero e classe, impedem a transformação e luta por justiça social.

> Silvia Lane [...] uma das influências do que hoje se denomina de Projeto do Compromisso Social da Psicologia. Trabalho coletivo, consciência crítica e atenção permanente e comprometida com as urgências e necessidades da população. (BOCK et al., 2007, p. 47)

Para tanto, saber que os fenômenos não são simplesmente dados, mas construídos histórica e socialmente, é fundamental para pensarmos em transformações da realidade, sobretudo quando falamos da América Latina, marcada pela exploração-dominação e naturalização das desigualdades. Ainda sobre Sílvia Lane[38] e uma Psicologia comprometida com a realidade brasileira:

> Sua preocupação básica em construir uma psicologia social voltada para a realidade brasileira e latino-americana, com vistas a contribuir para a superação das desigualdades e das situações de opressão, demandava uma construção teórica que permitisse compreender o homem como participante do processo social. Nesse sentido, entendia que o conhecimento da psicologia deveria levar à compreensão dos mecanismos que provocam a alienação e contribuir para ampliar a consciência dos homens. (BOCK et al., 2007, p. 49)

---

[37] Estes trechos foram retirados do texto *Feminismo Indígena*, presente na obra chamada *Explosão Feminista* (2008) organizado por Heloisa Buarque Hollanda. É possível encontrar este e outros textos feministas na pasta online, criada por Rita von Hunty. Disponível em:
<https://drive.google.com/drive/mobile/folders/0B39TyMsTYbM_MEtVYWp0OXd2NXc>.
Acesso em: 30 mai. 2020.

[38] Professora Sílvia Tatiana Lane foi pioneira nas formulações teóricas que colocaram a Psicologia Social brasileira em questão, ressaltando a necessidade de se explicitar seu vínculo com interesses dominantes e de se redirecionar sua produção no sentido de contribuir para a transformação social. Estas informações estão presentes no artigo "Sílvia Lane e o Projeto do 'Compromisso Social da Psicologia'"(2007) de Bock, Ferreira, Gonçalves e Furtado, alunas de Sílvia Lane.

Diante da convocação para que a Psicologia se implique na transformação da realidade latino-americana - convocação que também foi feita pelas mulheres lideranças da aldeia Guarani do Jaraguá - é importante pensarmos na possibilidade real de participarmos da transformação. Falamos da necessidade de um otimismo crítico, isto é, o movimento de abandonar a ingenuidade, desnaturalizar os fenômenos, considerar as contradições, as multideterminações, para então agir vislumbrando a transformação social, a justiça social. Afinal, uma das formas do capitalismo se manter é nos fazer acreditar que não há saída. Mas, devemos nos atentar ao fato de que a transformação social é um processo cotidiano, e a Psicologia pode, e deve, configurar um projeto de transformação (Bock, A., Santos, L. 2020. Comunicação pessoal, aula ministrada em 02/06/2020).

Considerando as discussões feitas neste estudo, podemos dizer que as mulheres indígenas da aldeia urbana Tekoá Pyau ocupam lugares que são delas, lugares de fala, de luta, conquistam o próprio espaço em meio a tantas adversidades. Não queremos romantizar a situação, seria um reducionismo absurdo, mas é justamente abandonar a ingenuidade, considerar os fatores que determinam o contexto e buscar superá-los. É compreender aspectos da multideterminação que são estruturantes da sociedade contemporânea, isto é, as desigualdades que atravessam as experiências dessas mulheres, que limitam suas possibilidades e, assim, justificam toda a luta por justiça. Estamos falando em potência de transformação. Para tanto, devemos reforçar nosso compromisso e responsabilidade para com elas diante da luta diária para sobreviver e manter as suas e os seus vivos com o máximo de direitos que podem garantir.

Além disso, reafirmamos o compromisso ético-político da Psicologia para com os povos originários, assim como está prescrito no documento *Referências técnicas para a atuação de psicólogas(os) com povos tradicionais*, do Conselho Federal de Psicologia:

> Deste projeto de sociedade igualitário e com raízes nos povos e comunidades tradicionais, pode nascer também um projeto de Psicologia com raízes nacionais, com ele articulado. Uma nova Psicologia pode ser construída, a partir das culturas e subjetividades territorializadas, ancoradas em saberes e fazeres tradicionais. Uma nova Psicologia que se constitua como tributária de projetos de existência, de modos de ser e estar no mundo orientados pela busca de uma vida humana subjetivamente rica, tanto em termos individuais como coletivos, em novas ecologias que compreendam a natureza, o humano, o território e a espiritualidade de forma integrada na experiência do viver.
>
> Uma nova Psicologia pode ser elaborada, tendo também como espaços de produção teórica as escolas, as universidades, os espaços públicos, as políticas públicas, as redes sociais e as mídias alternativas. Ou seja, onde se debate o país, diretamente com seus povos e suas comunidades trazendo e expondo suas demandas e propostas, suas contradições e conflitos, suas potencialidades e seus limites.
>
> Nestes espaços de diálogo entre conceitos e práticas estabelecidas da Psicologia com saberes e fazeres tradicionais, podem surgir novas propostas teóricas e novas propostas metodológicas e práticas profissionais, resultando na construção coletiva

> de uma nova ciência e de uma nova profissão, orientadas pela prática das alianças, pela horizontalidade dos saberes e pela produção da autonomia das vidas humanas e dos territórios. (CFP, 2019, p. 122)

Diante das discussões aqui propostas, e que não se propõem a esgotar o tema[39], enfatizamos a necessidade do não esquecimento e da desnaturalização das histórias destas mulheres, marcadas por violências extremas, além do fato de estarem na cidade que continua engolindo seu território, e mesmo assim procuram manter diálogo, mesmo assim consideram importante a articulação entre povos originários e a população paulistana para uma vida melhor. Têm seus direitos, cotidianamente, violados pelos juruás, e mesmo assim os convidam para serem batizados e para firmar um compromisso com a luta que é diária, que representa a justiça social, o reparo histórico. Isso é o máximo da potência!

Assim, consideramos pertinente pontuar os princípios da atuação de psicólogas(os) em *Carta da Rede de Articulação Psicologia e Povos da Terra*[40], que encontra-se anexada ao documento de *Referências técnicas para a atuação de psicólogas(os) com povos tradicionais.* Dentre os princípios norteadores de uma prática comprometida com a realidade social e demandas históricas dessas populações, estão:

- defesa dos direitos humanos e sociais e defesa dos territórios;
- horizontalidade, respeito à autonomia e organização política dos povos;
- políticas públicas de qualidade e condições dignas de trabalho de psicólogas e psicólogos;
- diálogo e construção conjunta de conhecimentos: a descolonização da Psicologia;
- aliança entre povos.

[39] Sugerimos a continuidade dos estudos sobre as vivências de mulheres indígenas em aldeias urbanas e o Feminismo Indígena, com o intuito de abordar questões que não foram contempladas neste trabalho, ou aprofundar pontos que foram discutidos superficialmente.

[40] A *Rede Articulação* é constituída por psicólogas e psicólogos de todo o Brasil que, nas suas regiões, atuam de forma dialógica com os povos da terra, a partir de seus territórios, suas lutas, suas culturas, suas subjetividades, seus afetos, seus projetos de futuro e a partir de suas formas de viver e conviver. Esta carta, produzida em 2008 na cidade de Guararema-SP, a partir do *I Encontro da Rede de Articulação Psicologia e Povos Tradicionais, Indígenas, Quilombolas, de Terreiros e em Luta por Território*, encontra-se em: **Referências técnicas para a atuação de psicólogas(os) com povos tradicionais.** Conselho Federal de Psicologia. Brasília, 2019, p. 141-144.

Para que ocorra a transformação da Psicologia enquanto ciência, profissão e atuação política, precisamos descolonizar os saberes psicológicos (Carta da Rede de Articulação Psicologia e Povos da Terra, 2008). Para tanto, podemos afirmar que as mulheres da Tekoá Pyau evidenciam o movimento de não precisar de nomes e explicações complexas, muitas vezes não entendidas pelas pessoas, para colocar em prática o que falas rebuscadas, muitas vezes, não fazem. É visceral, está no corpo, na dança, no canto, na pintura sobre a pele, na arte, no cachimbo, no chimarrão, no Guarani, no modo de existir. É sabedoria que transborda. É potência que transborda e nos afeta com o choque de outra cosmovisão que se mostra extremamente respeitosa, acolhedora, consciente, crítica - inclusive sobre as próprias questões da aldeia - reflexiva, atuante e que nos convoca enquanto cidadãs que podem e devem somar à luta.

REFERÊNCIAS

ANDRADA, Cris Fernández. O método no centro: relatos de campo de uma pesquisa psicossocial de perspectiva etnográfica. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 236-245, ago. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642018000200236&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 set. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420170025.

CIAMPA, Antônio da Costa. **Constr. psicopedag.**, São Paulo, v. 14, n. 11, dez. 2006 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542006000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 jun. 2020.

Comissão Pró-Índio de São Paulo. CPI-SP. Disponível em: <http://cpisp.org.br/>. Acesso em: 8 abr. 2019.

Em La Paz com Julieta, militante feminista boliviana: "Nós não somos filhas da Europa". Diário Liberdade, 27 de agosto de 2011. Disponível em: <https://www.diarioliberdade.org/entrevistas/mulher-e-lgbt/18926-em-la-paz-com-julieta-militante-feminista-boliviana-nos-nao-somos-filhas-da-europa.html>. Acesso em: 14 out. 2019.

Fundação Nacional do Índio. FUNAI. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/>. Acesso em: 8 abr. 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2000.

HERNANDEZ, R. Descentrando el feminismo, leciones aprendidas de las luchas de las mujeres indígenas. In: HERNANDEZ, R. (Edit) *Etnografias e historias de resistencia. Mujeres indígenas, procesos organizativos y nuevas identidades políticas.México.* Centro de Investigaciones y Estudios em Antropologia Social: UNAM, Programa Universitário de Estudios de Gênero, p.15-44, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 mar. 2019.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 86, p. 93–103, 2010.

LUGONES, Maria. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set. 2014. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 20 abr. 2020. doi:https://doi.org/10.1590/%x

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre , v. 15, n. 32, p. 129-156, Dez. 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 8 out. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832009000200006.

MAXIMIANO, Claudina Azevedo. Mulheres Indígenas: Diálogo Sobre a Vida na Cidade. **Ponto Urbe**, n. 13, 2014.

Psicologia e povos indígenas. Conselho Regional de Psicologia SP, 2010.

Referências técnicas para a atuação de psicólogas(os) com povos tradicionais. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, 2019.

Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, 2016.

SATO, Leny. Olhar, ser olhado e olhar-se: notas sobre o uso da fotografia na pesquisa em psicologia social do trabalho. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo , v. 12, n. 2, p. 217-225, dez. 2009 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172009000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SATO, Leny; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em Psicologia. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 29-47, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 out. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642001000200003.

SILVEIRA, Maria Luiza. *Mapulu, a mulher pajé - A experiência Kamaiurá e os rumos do feminismo indígena no Brasil.* São Paulo, 2018. 346p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Nathalia Lucas Tavares de. *Tekoá Pyau: território de luta e resistência Guarani no Jaraguá (SP).* 2015. 171 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/127708>. Acesso em: 10 mai. 2019.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Lei nº. 9.985/2000

APÊNDICES (numerados)

Carta de Apresentação

Como parte das visitas iniciais, pretende-se entregar a seguinte carta de apresentação:

Meu nome é Letícia e sou estudante de Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Sempre me interessei por temáticas que envolvem povos nativos e mulheres, então no trabalho de conclusão de curso pretendo estudar sobre a identidade das mulheres Tekoá Pyau e o Feminismo Indígena.

Para tanto, acredito que conhecê-las, conversar com vocês, conviver minimamente para ter uma breve noção das condições e identidade da mulher indígena moradora de uma aldeia urbana da periferia da cidade de São Paulo; e assim escutar, registrar, gravar e re-narrar as histórias de vida de vocês, fazer com que tenham acesso a esse material, que ao se tornar um trabalho pode haver a possibilidade de visibilidade e maior abertura para discussão e reflexão.

Nada disso será possível sem vocês, afinal, atuarei apenas como interlocutora, uma ponte, para que possam falar por vocês mesmas, para que possam dizer o que é ser uma Tekoá Pyau e se há atravessamentos do Feminismo Indígena no dia a dia. Enquanto estudante de Psicologia, tenho o compromisso social de não permitir mais episódios em que pessoas falem de lugares que não seus, que não lhe pertencem; por isso acredito na relevância desta pesquisa.

Espero que possamos construir um bom trabalho, permeado por relações de confiança e afeto, e desenvolver uma parceria que nos relembre da potência que existe quando estamos juntas.

Letícia Hessel

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Conforme Res. n. 466 de 12/12/2012 – MS/CNS/CONEP

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada "As mulheres Tekoá Pyau e o Feminismo Indígena" (nível graduação) sob responsabilidade da pesquisadora Letícia Hessel Machado e supervisão da Profa. Dra. Cris Fernández Andrada (contatos de ambas abaixo). Após esclarecida sobre os objetivos, métodos e procedimentos do estudo e demais informações a seguir e, no caso de aceitar fazer parte do estudo, pedimos que assine ao final do documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa, não haverá qualquer prejuízo na sua relação comigo e com a instituição da qual faço parte.

Será realizada uma observação etnográfica (com possibilidades de fazer uso de instrumentos de apoio, como entrevistas, fotografias e expressões gráficas) com o objetivo de fornecer informações para a compreensão da identidade da mulher indígena moradora de aldeia urbana e o movimento feminista indígena, a partir da perspectiva das mulheres Tekoá Pyau. O objetivo dessa observação é estritamente acadêmico. Destacamos que sua participação é voluntária e que tanto a observação, quanto os instrumentos de apoio, podem ser interrompidos a qualquer momento. A não-autorização do uso do material também pode ser requisitada em qualquer tempo. Além disso, o sigilo está garantido e sua identidade não será revelada, a não ser que opte expressamente por identificar-se abaixo. Você poderá solicitar esclarecimentos sobre a pesquisa nos contatos abaixo durante a observação ou a qualquer momento. O material poderá ser utilizado em futura publicação, sempre com finalidade acadêmica. Você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração.

Frisamos ainda que as observações serão registradas em diários de campo, e caso haja entrevistas o áudio da será gravado e transcrito a texto, para ser editado e analisado de acordo com os objetivos do estudo. Após este processo, comprometo-me a entregar-lhe uma cópia do material para sua revisão. Os arquivos dos diários de campo e das entrevistas serão armazenados sob sigilo, em computador de meu uso pessoal, ao qual somente eu tenho acesso.

Importante mencionar possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa. Ainda que mínimos, podem ocorrer constrangimentos em decorrência do sentimento de exposição e da experiência de recordar passagens difíceis de sua vida e temáticas relacionadas ao movimento feminista, exigentes do ponto de vista afetivo. Neste sentido, asseguramos tomar todos os cuidados possíveis para evitar, minimizar ou mesmo reparar estes desconfortos, antes, durante e após a realização do processo. Como benefícios, de modo geral, seu depoimento poderá contribuir para o registro da memória e identidade das mulheres Tekoá Pyau. De modo particular, sua participação na pesquisa pode significar uma oportunidade para refletir mais detidamente sobre suas experiências enquanto mulher indígena moradora da periferia da cidade de São Paulo, e de dispor de um registro delas, que pode ou não ser socializado (a seu critério, como indicado acima).

_____

Pesquisadora Responsável: Letícia Hessel Machado

Supervisora: Profa. Dra. Cris Fernández Andrada

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP
R. Monte Alegre, 984 - Bairro Perdizes -CEP 05014-901 -São Paulo (SP) - Telefone: (11) 3670-8000
e-mails: leticia.hessel.m@gmail.com / cris.andrada@gmail.com
Telefone pessoal da Pesquisadora Responsável: (11) 98830-3530

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP's, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP
Rua Ministro Godói, 969 - Sala 63-C - Bairro Perdizes - CEP 05015-001 - São Paulo (SP)
e-mail: cometica@pucsp.com - Telefone: (0xx11) 3670-8466

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, abaixo assinado(a), concordo em participar da pesquisa "As mulheres Tekoá Pyau e o Feminismo Indígena" como sujeito (entrevistado-depoente). Fui devidamente esclarecido(a) pela pesquisadora Letícia Hessel Machado sobre a pesquisa, seus procedimentos, e os possíveis riscos e/ou benefícios envolvidos na minha participação.

☐ Gostaria de revelar minha identidade (nome próprio)

☐ Não gostaria de revelar minha identidade (utilizar nome fictício)

Local e data: _____

Assinatura:_____

ANEXO: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

PUC-SP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC/SP

Plataforma Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: As mulheres Tekoá Pyau e o Feminismo Indígena
Pesquisador: Cris Fernández Andrada
Área Temática:
Versão: 1
CAAE: 23705019.8.0000.5482
Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.792.669

Apresentação do Projeto:
Trata-se de protocolo de pesquisa para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso no Bacharelado em Psicologia, vinculado à Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (FACHS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).
Projeto de pesquisa de autoria de LETICIA HESSEL MACHADO, sob a orientação da Profa. Dra. Cris Fernández Andrada.

A proposta informa resumidamente que "(...) A presente pesquisa configura-se como um estudo de Psicologia Social, nível graduação, de cunho qualitativo, fundamentada na proposta metodológica da etnografia, a ser desenvolvida no campo das populações indígenas paulistanas. O objetivo principal da pesquisa é a compreensão da dimensão subjetiva da experiência cotidiana das mulheres indígenas da aldeia urbana paulistana Tekoá Pyau. Como resultado, pretende-se produzir primordialmente diários de campo, como fonte empírica, materialização da experiência etnográfica. Para tanto realizar-se-á uma imersão (marcada pela observação etnográfica) de aproximadamente uma semana na aldeia, para então decidir com as mulheres Tekoá Pyau quais os instrumentos de apoio fazem mais sentido para elas, como entrevistas, fotografias e expressões gráficas, e quais mulheres gostariam de participar (totalizando três participantes). Tais observações serão registradas em diários de campo, e caso haja entrevistas, serão gravadas, posteriormente transcritas. Os materiais serão analisados por meio dos aportes teóricos da

Psicologia Sócio-Histórica em diálogo com o método etnográfico. Como direções procedimentais da pesquisa, sugere-se as seguintes etapas: 1. Revisão Bibliográfica, de início e de modo transversal, sobre o campo social e conceitual da pesquisa, recorrendo especificamente a leituras e investigações históricas, sociológicas e psicossociais sobre populações indígenas e o chamado Feminismo Indígena; 2. Submissão do Projeto para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 3. Prospecção do Campo, com três etapas etapas nitidamente marcadas: a) promover ou atualizar contatos com pessoas ligadas à aldeia Tekoá Pyau; b) visitas iniciais; c) apresentar e acordar os termos da pesquisa com as participantes, especialmente quanto aos cuidados éticos a serem tomados em todo o seu desenvolvimento, em consonância com a legislação vigente (Res. N. 466 de 12/12/2012 – MS/CNS/CONEP); 4.Realização da observação etnográfica, com possibilidade de utilização de instrumentos de apoio, como entrevistas, fotografias e expressões gráficas, instrumentos que serão acordados com as participantes com base nos objetivos da pesquisa e em consonância com a revisão bibliográfica. Destaca-se que os materiais empíricos serão revistos e editados, com a anuência das participantes, que receberão uma cópia do material para revisão. Tais materiais serão armazenados sob sigilo, em computador de uso pessoal da pesquisadora, ao qual apenas ela tem acesso; 5. Análise Qualitativa, a partir da sistematização dos materiais, apoiada na revisão bibliográfica, e confecção dos textos finais. Como um resultado direto da pesquisa, espera-se reunir, em publicação de amplo acesso e circulação, materiais de mulheres Tekoá Pyau sobre processos psicossociais no que tange à identidade e à relação delas com o chamado Feminismo Indígena. Assim, de modo geral, espera-se contribuir para a compreensão da dimensão subjetiva da experiência cotidiana das mulheres indígenas de aldeias urbanas, marcadas pelas opressões quanto à raça, gênero e classe."

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O presente estudo tem como objetivo compreender a dimensão subjetiva da experiência cotidiana das mulheres indígenas da aldeia urbana Tekoá Pyau, marcadas pelas opressões quanto à raça, gênero e classe.

Objetivo Secundário:

Especificamente buscaremos compreender processos psicossociais no que tange à identidade e à relação delas com o chamado Feminismo Indígena.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Atendem satisfatoriamente ao que está disposto e é recomendado nas Resoluções CNS/MS n. 466/12 e CNS/MS n. 510/2016 que tratam das pesquisas que envolvem seres humanos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A exposição do Projeto é clara e objetiva, feita de maneira concisa e fundamentada, permitindo-se concluir que a pesquisa possui uma linha metodológica definida, base da qual será possível auferir conclusões consistentes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentados a contendo, conforme as diretrizes e indicações internas do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/SP campus Monte Alegre.

Recomendações:

Recomendamos que o desenvolvimento da pesquisa siga os fundamentos, metodologia, proposições, pressupostos em tela, do modo em que foram apresentados e avaliados por este Comitê de Ética em Pesquisa. Qualquer alteração deve ser imediatamente informada ao CEP-PUC/SP, indicando a parte do protocolo de pesquisa modificada, acompanhada das justificativas.

Também, a pesquisadora deverá observar e cumprir os itens relacionados abaixo, conforme indicado pela Res. 466/12:

a) desenvolver o projeto conforme delineado;
b) elaborar e apresentar o relatório final;
c) apresentar dados solicitados pelo CEP, a qualquer momento;
d) manter em arquivo, sob sua guarda, por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, os seus dados, em arquivo físico ou digital;
e) encaminhar os resultados para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico participante do projeto;
f) justificar, perante o CEP, interrupção do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem Pendências e Lista de Inadequações, portanto, somos de parecer favorável à aprovação e

realização do projeto de pesquisa em tela.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1448063.pdf	14/10/2019 12:48:54		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Leticia_Hessel_Projeto_de_pesquisa.pdf	14/10/2019 11:16:07	LETICIA HESSEL MACHADO	Aceito
Outros	parecer_de_merito_leticia_hessel.pdf	14/10/2019 11:15:29	LETICIA HESSEL MACHADO	Aceito
Outros	oficio_de_apresentacao_leticia_hessel.pdf	11/10/2019 11:30:58	LETICIA HESSEL MACHADO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Leticia_Hessel.pdf	11/10/2019 11:27:07	LETICIA HESSEL MACHADO	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_assinada.pdf	11/10/2019 11:26:42	LETICIA HESSEL MACHADO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 31 de Dezembro de 2019

Assinado por:

Antonio José Romera Valverde

(Coordenador(a))